

SAVANA

INDEPENDÊNCIA ★ INTEGRIDADE



Maputo, 9 de Fevereiro de 2018 • ANO XXV • Nº 1257 • Preço: 50,00 Mt • Moçambique
Savana FM 100.2 Mhz • www.savana.co.mz • email:savana@mediacoop.co.mz

Consensos no pacote de descentralização

As explicações

de Dhlakama



Pág. 4

Rec Vilarreúlos

Nyusi anuncia principais linhas da descentralização

Pág.s 2 e 3

Um pacote potencialmente armadilhado



Consulte

www.sojogo.com

LOTARIA

5ª EXTRACÇÃO

1º - 06949 - 1.000.000,00MT
2º - 36642 - 50.000,00MT
3º - 24089 - 25.000,00MT

Boa Sorte a todos

PRÓXIMA, 6ª EXTRACÇÃO DA LOTARIA 10/02/2018

1º PRÉMIO - 1.000.000,00MT

PREVISÕES DE JACKPOT

TOTOBOLA - 647.841,27MT

TOTOLOTO - 559.528,55MT

VALOR DO 1º PRÉMIO PARA O JOKER - 250.000,00MT

Sala de Extração, Rua Timor Leste Nº 54

Nyusi anuncia principais linhas da descentralização

Um pacote potencialmente armadilhado

- Governador provincial vigiado por Secretário de Estado
- Líderes autárquicos, distritais e provinciais sem chama própria

Por Armando Nhantumbo

Catorze meses depois do início, em Dezembro de 2016, de conversações telefónicas entre os presidentes da República e da Renamo, que puseram fim aos confrontos militares, instituindo tréguas que já duram mais de um ano, Filipe Nyusi anunciou, esta quarta-feira, os consensos alcançados no domínio da descentralização, que era uma das cartas de ouro em cima da mesa com Afonso Dhlakama. Entretanto, é um pacote que, apesar dos avanços fundamentais que introduz, pode ser um presente envenenado para a oposição. No entanto, os dois líderes concordaram em submeter os consensos ao Parlamento, órgão que terá um papel crucial no aprofundamento e clarificação do documento, cujas alterações constitucionais deverão eliminar a eleição directa dos presidentes das autarquias.

A comunicação do presidente da República (PR) sobre a descentralização passou a dominar a agenda nacional na noite desta terça-feira quando, no final da 3ª sessão Ordinária do Conselho de Ministros (CM), a porta-voz do órgão, Ana Comoana, anunciou, no habitual briefing com jornalistas que, às 12h de 07 de Fevereiro, Filipe Nyusi anunciaria os consensos até aqui alcançados no âmbito do diálogo po-



Filipe Nyusi, Presidente da República

lítico com o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama.

E, pouco depois das 11h desta quarta-feira, quando o SAVANA chegou à Ponta Vermelha, jornalistas, editores e directores de vários órgãos de comunicação social - nacionais e estrangeiros - já estavam de plantão na residência oficial do PR, enquanto iam chegando os retardatários para a cobertura de um discurso que era aguardado com bastante expectativa.

Com o relógio a apontar um minuto depois das 12h, Filipe Nyusi entrava na sala a partir da qual se dirigiria à Nação, numa comunicação de nove páginas, que durou 17 minutos e 27 segundos.

Num tom claramente a puxar pelo heróico, Nyusi anunciou as boas novas do diálogo a dois com o “irmão Dhlakama”, mas sem direito a perguntas, o que deixou muito por esclarecer.

Eleição é na base

É, certamente, o lado mais progressista dos consensos anunciados pelo PR: o governador passa a ser proposto pelo partido ou coligação ou grupo que obtiver a maioria dos votos nas eleições para a Assembleia Provincial e é nomeado pelo Presidente da República. Isto acaba com o actual sistema em que o Presidente da República pode nomear uma pessoa da sua confiança para governador provincial.

Na comunicação desta quarta-feira, o chefe de Estado anunciou que, colhendo as vontades dos moçambicanos e avaliando o ritmo da descentralização e seu formato, ele e o presidente da Renamo chegaram à “conclusão crucial” de que será necessária a revisão pontual da Constituição da República de Moçambique (CRM).

Explicou que os consensos alcançados sobre o Projecto da Lei de Revisão Constitucional reafirmam, com destaque, a República de Moçambique como um Estado unitário. É preciso lembrar que a unidade nacional foi a principal pedra de arremesso que, ao longo dos anos, foi usada pelos sectores conservadores da Frelimo para negar a descentralização em Moçambique.

E, no seu discurso, o presidente esclareceu que se referia a um Estado unitário que respeita, na sua organização e funcionamento, a autonomia dos órgãos da província, do distrito e dos órgãos das autarquias locais.

Sobre o sistema eleitoral, que foi um dos principais pontos de divergências entre o Governo da Frelimo e o maior partido da oposição, que exigia a eleição do governador provincial, Filipe Nyusi disse que o consenso encontrado é de o sufrágio universal, directo, igual, secreto e pessoal passar a constituir a regra geral para a designação do PR, dos deputados da Assembleia da República (AR), dos membros das Assembleias Provinciais (AP), das Assembleias Distritais (AD) e das Assembleias Autárquicas (AA).

Com efeito, a província passará, a partir das eleições gerais de 2019, a ser chefiada por um governador nomeado pelo PR, sob proposta apresentada pelo partido político, coligação de partidos políticos ou grupo de cidadãos eleitores que obtiver maioria de votos nas eleições para a assembleia provincial, dentre os membros desta, sendo que o governador responderá, directamente à AP.

O PR anunciou ainda a extensão da descentralização aos distritos. Com efeito, o administrador distrital, que no actual modelo é nomeado pela ministra da Administração Estatal e Função Pública, mas sob proposta do governador provincial, continuará a ser nomeado pelo mi-

nistro que superintende a área da Administração Estatal, mas já sob proposta apresentada pelo partido político, coligação de partidos políticos ou grupo de cidadãos eleitores que obtiver maioria de votos nas eleições para a AD, dentre os membros desta. Assim, o administrador responderá perante a AD. Em relação às autarquias locais, o presidente da autarquia também passa a ser proposto pelo partido político, coligação de partidos políticos ou grupo de cidadãos eleitores que obtiver maioria de votos nas eleições para a AA, dentre os membros desta.

Significa que a disputa nos municípios será entre as máquinas partidárias e não mais entre os candidatos, o que evitará cenários como os que se vêm assistindo em autarquias como Beira e Quelimane, onde a popularidade dos candidatos da oposição tem saído cara à Frelimo.

De acordo com Nyusi, uma vez revista, pontualmente, a CRM, as alterações sobre as autarquias locais entram, imediatamente, em vigor, ou seja, são aplicadas a partir das eleições de 2018, agendadas para Outubro próximo. Quer dizer que, a partir das eleições deste ano, os munícipes vão às urnas para votar partidos e não mais em candidatos de partidos. E mais, com o novo figurino já não haverá eleições intercalares em caso de impedimento permanente do presidente do conselho municipal uma vez que o sucessor será encontrado ao nível da Assembleia Municipal.

Quanto aos distritos, as alterações só entram em vigor com a realização das eleições gerais de 2024. Explicou também que as Assembleias Provinciais, Distritais e Autárquicas ficam sujeitas ao controlo tutelar do CM, sendo que, qualquer decisão de dissolução destes órgãos, é objecto de apreciação jurisdicional pelo Conselho Constitucional (CC).

Por outro lado, os governadores de província e os administradores de distrito podem ser demitidos pelas Assembleias respectivas ou pelo PR, nos casos, expressamente previstos na Constituição. No caso de demissão presidencial, a decisão é objecto de apreciação jurisdicional do Conselho Constitucional.

“Estas propostas e outras complementares sistematizadas depois de consensos já conseguidos com o presidente da Renamo serão, por mim, remetidas à Assembleia da República, como o mais alto órgão legislativo, competente para fazer as alterações da Constituição, nos termos do n.º 1 do artigo 291 da Constituição da República”, garantiu o presidente.

Um governador espartilhado

Uma das maiores armadilhas do Projecto da Lei de Revisão Constitucional, que será submetido ao Parlamento pela mão do presidente, Filipe Nyusi, tem que ver com os poderes do governador provincial. O Projecto, que formaliza os entendimentos entre as duas lideranças, ainda não é público, mas, na sua comunicação à Nação, o presidente da República vinco que não são objecto de descentralização as matérias de exclusiva responsabilidade dos órgãos de soberania, dos órgãos e instituições centrais do Estado.

E Filipe Nyusi deu exemplos dessas matérias. Citou a definição e organização do território; a defesa nacional, a segurança e ordem pública; a fiscalização das fronteiras; a emissão de moeda; as relações diplomáticas; os recursos minerais e energia; bem como os recursos naturais situados no solo e no subsolo, nas águas interiores e no mar territorial, na plataforma continental e na zona exclusiva; a criação e alteração dos impostos, deixando claro que a lista não termina por aí. Para a província há uma nova figura, o Secretário de Estado que,

potencialmente, pode retirar protagonismo e poderes ao governador, sobretudo se este for de uma cor política diferente da do Presidente da República.

“Na província existirá o Secretário de Estado para a província, o qual tem a função de assegurar a realização das funções exclusivas e de soberania do Estado que não são objecto do processo de descentralização, sendo nomeado pelo Presidente da República”, anunciou Filipe Nyusi.

O jogo poderá ser o seguinte: esvaziam-se os poderes do governador provincial e passam a ser exercidas pelo Secretário de Estado, que terá sob sua alçada os grandes dossiers provinciais.

Nem mais, uma lição bem estudada: sabendo-se que nas províncias do Centro e Norte de Moçambique, por exemplo, a oposição, sobretudo a Renamo, tem suplantado a Frelimo, a oposição indicará um governador, mas este poderá ter os seus poderes mitigados. Resta sempre o eleitorado local que poderá ser mobilizado para se opor às que visem fazer do governador um mero corta-fitas.

A colecta de impostos, a gestão de

recursos naturais, entre outras matérias essenciais para a governação, esses estarão sob alçada do secretário de Estado.

Na luta entre os dois grandes partidos do país, o maior derrotado parece ser o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) que, à semelhança dos pequenos partidos, passam a ter um futuro incerto. O histórico de resultados eleitorais do partido do engenheiro Daviz Simango, que nos últimos tempos atravessa uma crise de popularidade, mostram que dificilmente a terceira maior força do país pode ter maioria nas Assembleias, ao nível dos três escalões de base, para daí indicar governadores, administradores e edis. Mas, dependendo da enunciação legal produzida pela AR, poderão jogar um papel crucial na formação de maiorias absolutas sem as quais será difícil o governador ter plenos poderes de governação.

E mais: há candidatos do MDM que são mais fortes que o partido, um capital político que, com o novo sistema eleitoral, dilui-se e pode favorecer as grandes formações políticas como a Frelimo.



Passo gigantesco

Trata-se de acordos que, para Filipe Nyusi, constituem um passo gigantesco no processo de busca de uma paz efectiva e definitiva e na consolidação da jovem democracia moçambicana.

Contudo, entende o presidente que a paz efectiva que os moçambicanos anseiam não virá, unicamente, do pacote de descentralização, mas sim do empenho de todos e de outros factores relacionados.

O presidente da República garantiu que, de igual modo, tem vindo a alcançar, com o presidente da Renamo, consensos em relação aos assuntos militares, mais concretamente no que tange ao desarmamento, desmobilização e reintegração dos efectivos da Renamo.

“Temos a consciência de que este processo é aguardado com muita expectativa por todos os moçambicanos, incluindo pelos nossos irmãos nas fileiras da Renamo, por ser determinante para uma paz efectiva. Neste processo, continua a prevalecer o espírito de confiança, abertura e cooperação com o líder da Renamo. Brevemente levaremos ao conhecimento dos moçambicanos os passos que se seguirão no âmbito dos assuntos militares”, prometeu.

“Por esta mesma razão e mais uma vez, em nome dos moçambicanos, saúdo a postura do compatriota Afonso Marceta Dhlakama, presidente da Renamo, pelo seu papel colaborativo nesta visão comum que define como prioridade o diálogo e a busca de soluções pacíficas para os problemas políticos”, voltou a destacar, publicamente, o chefe de Estado.

O presidente terminou agradecendo aos moçambicanos pelo que chamou de sabedoria, paciência e patriotismo que tem vindo a demonstrar ao longo deste processo longo e árduo de diálogo e reconciliação; à sociedade civil e às comunidades religiosas pelo seu prestimoso apoio em ideias e apelos incessantes sobre a paz em Moçambique; à Comunidade Internacional, em particular ao Grupo de Contacto, que espera que continue a dar o seu apoio a Moçambique, sobretudo no delicado processo de desarmamento, desmobilização e reintegração.

“Estamos confiantes de que os moçambicanos irão alcançar o objectivo último deste honroso esforço comum, dando passos cautelosos, responsáveis mas com determinação”, sublinhou.

“Poder político sem poder económico não vale nada” – Domingos do Rosário

Quem recebeu com preocupação os acordos sobre descentralização resultantes dos consensos entre os presidentes da República e da Renamo é o docente de Ciência Política, Domingos do Rosário, para quem descentralizar o poder político sem descentralizar recursos, equivale a fazer nada.

“Se o sistema de controlo de recursos continua centralizado, não sei se essa lei é progressista porque o poder político sem poder económico não vale nada”, reagiu o académico. Argumentou que o poder político é alimentado pelo poder económico, através de impostos e outros recursos.

Explica que, em qualquer parte do mundo, o que o Estado não descentraliza são serviços como a Defesa e Segurança, mas nunca capturar as finanças.

Por isso, lamenta que se tenha negociado um acordo precário, que é susceptível de reconduzir o país ao conflito logo nas primeiras eleições que se seguem.

“Negociaram coisas superficiais e não o aspecto central, que é a descentralização de recursos”, reparou, reiterando que dar poder político sem poder económico é brincadeira.

“Logo nas primeiras eleições vamos ouvir o mesmo discurso [de que fomos aldrabados] ou o actual discurso nos municípios de que os recursos chegam tarde” observou.

“Ganhamos todos”-Renamo

Na mesma quarta-feira, os três maiores partidos políticos do país reagiram à comunicação do presidente da República.

A Renamo, através do seu porta-voz, José Manteigas, afirmou que a comunicação do chefe de Estado corresponde e retrata o entendimento alcançado entre as duas lideranças.

“Finalmente conseguiu-se esse entendimento. E, com esse entendimento, nós como partido sentimos que o país ganhou, a Renamo ganhou, a Frelimo ganhou e a democracia moçambicana está a ganhar, portanto, é uma vitória para todos”, reagiu Manteigas.

O porta-voz disse que espera que o mesmo senso e entendimentos que nortearam o acordo de descentrali-

zação prevaleçam nas conversações sobre o pacote relacionado a questões militares.

“Identificamo-nos com os consensos” – Frelimo

A Frelimo, o partido do presidente Filipe Nyusi e que detém a maioria no parlamento, disse identificar-se com os consensos alcançados pelas duas lideranças e que dará o seu contributo para a materialização dos acordos.

“Os moçambicanos devem sentir orgulho pelo presidente que têm. Um presidente que a distância no que diz e no que faz é curta”, disse o secretário geral da Frelimo, Roque Silva, no final duma escuta colectiva havida na sede do partido, à comunicação do chefe de Estado. Roque Silva disse, por outro lado, esperar que Afonso Dhlakama mostre o mesmo compromisso para a materialização dos acordos alcançados, uma tarefa que deve ser também de todos os moçambicanos.

“Pátria à venda” - MDM

Por sua vez, o presidente do MDM entende que o acordo entre o Governo e a Renamo fragiliza a Nação, sustentando que o consenso anunciado pelo PR “é um retrocesso na nossa democracia e um acordo para enganar o povo, pois teremos presidentes dos conselhos municipais, administradores e governadores que não são da vontade popular”.

“Concluimos também que este é um acordo que concorre para a bipolarização e criando condições para que a FRENAMO (em alusão clara de uma suposta união

entre a FRELIMO e RENAMO), não permita que haja outras forças políticas no âmbito do processo de governação”, desabafou Daviz Simango.

Para Simango, além de onerosa, a estrutura administrativa decorrente do novo pacote será, extremamente, pesada e gerida por administradores e presidentes de Conselhos Municipais que não dão a cara, fazendo com que os “políticos de forma indirecta vão continuar a nomear a seu belo prazer e impor ao povo a quem os deve dirigir”.

O edil da Beira, segunda maior cidade de Moçambique, afirmou que não encontra condição de funcionamento dos governadores provinciais, porque “teremos governadores meramente de gestão de dia-a-dia, sem nenhum poder político e económico”.

Simango manifestou sua decepção com o consenso alcançado, admitindo que “não é este tipo de acordo que nós desejaríamos e seguramente milhares de Moçambicanos não concordaram com esse tipo de acordo”.

“Este acordo é típico para trazer a bipolarização”, desabafou Daviz Simango, para quem os dois políticos deviam perguntar ao povo moçambicano “se é esse o sistema político e de governação”.

É preciso recordar que, durante a negociação entre Nyusi e Dhlakama, Simango insistiu na necessidade de inclusão de outras forças políticas.



**INSTITUTO SUPERIOR
DOM BOSCO (ISDB)**

**FORMAÇÃO SUPERIOR
AO SEU ALCANCE**

**Vagas disponíveis
Para todos
os cursos
de 05.02.18 à 19.02.18
INSCREVA-SE JÁ!**

MANUTENÇÃO INDUSTRIAL

- ELECTRICIDADE
- MECÂNICA

CIÊNCIAS DE ADMINISTRAÇÃO

- CONTABILIDADE
- GESTÃO

HOTELARIA E TURISMO

- GUIA DE TURISMO
- RECEPÇÃO

NOVO INFORMÁTICA (TIC'S)

- ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS DE REDES INFORMÁTICAS








**Formando Profissionais Competentes
para a Educação Profissional**

Para mais detalhes queira ver o Edital nas instalações do ISDB ou no www.isdb.ac.mz

ISDB - Rua 5011, n° 27 (Bairro - Luís Cabral) - Distrito Kamubukwane
Tel.: 21405631/2/3, Fax: 21405634, Cell.:823032618,
Email: d.pedagogico@isdb.ac.mz | www.isdb.ac.mz
Maputo - Moçambique



Consensos no pacote de descentralização

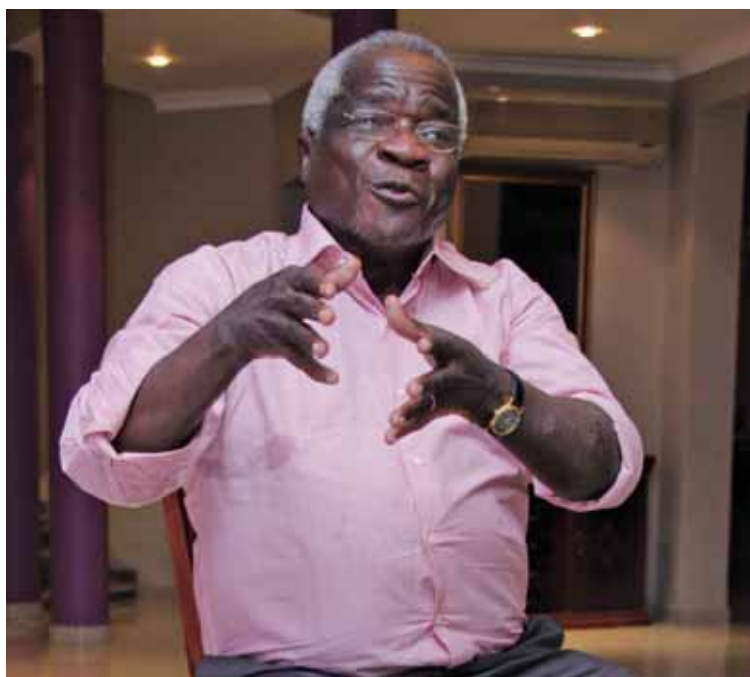
“Moçambique vai ser diferente de Moçambique de hoje”

Por André Catueira

Oito horas após a comunicação à Nação feita pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, nesta quarta-feira, o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, deu um *briefing* por telefone de quase meia hora ao SAVANA a partir das matas da Gorongosa, mostrando-se confiante e animado com os consensos alcançados com o chefe de Estado moçambicano. Num tom calmo, indiciador de que tem confiança no futuro do “pacote de descentralização”, Afonso Dhlakama acredita que, com os consensos alcançados, “Moçambique vai ser diferente de Moçambique de hoje”. “Este não é o momento de querermos identificar o vencedor porque ninguém ganhou a ninguém. Nem a Frelimo, nem a Renamo, nem o Nyusi e nem o Dhlakama ganharam esta luta. O grande vencedor é o povo”, frisou Dhlakama. Porém, fez notar que apenas sairá da Gorongosa depois de concluído todo o processo.

O chefe de Estado anunciou, esta quarta-feira, os consensos alcançados nas negociações que vem mantendo consigo, nomeadamente, no capítulo sobre a descentralização. Revê-se no conteúdo da comunicação do presidente à Nação?

Sim, confirmo tudo aquilo que ele disse hoje [07.Fev] às 12 horas, quarta-feira, porque não foge muito do que andamos a negociar durante quase dois anos. Foi um trabalho de sacrifício, de compreensão das dificuldades, um a outro, não foi fácil, mas quero, de facto, confirmar que aquilo que disse à imprensa hoje constitui a verdade. É o que, de facto, foi conseguido nessas negociações. Agora, o documento vai à Assembleia da República para ser aprovado e passar à Lei, mas posso dizer, embora não tenha sido assinado, que é um acordo em que opiniões do Governo moçambicano do partido Frelimo e opiniões da Renamo estão incorporadas. Não podemos dizer que alguém tenha conseguido 100% do que queria, não seria possível, negociação é sempre 45 ou 50%. Quero que a gente entenda que o objectivo fundamental é aprofundar a democracia, a paz, o desenvolvimento, a reconciliação e haja eleições livres e transparentes no país. Há outras coisas que podem até não agradar aos comentaristas, mas, para nós, que andamos a negociar, acho eu que avançamos muito. Para o nível de Moçambique, ninguém até acreditava que havíamos de chegar onde chegamos. Outras coisas poderão ser corrigidas no futuro, mas, do momento, de certeza que Moçambique vai ser diferente do Moçambique de hoje. **Há um capítulo que está a ser muito criticado, que é sobre as Assembleias distritais e por estas também passarem para 2024. Como é que olha para esta situação?**



“Quero tranquilizar o povo moçambicano que estamos abertos, estamos a seguir tudo”, Afonso Dhlakama

São negociações e você, como jornalista, deve se lembrar que tudo que foi conseguido foi uma negociação dura. As pessoas até podem criticar porque os administradores serão eleitos e entrar em vigor em 2024. Mas é aquilo que conseguimos porque sabe, e as pessoas devem se lembrar, o Governo moçambicano nem queria ouvir da eleição dos governadores em Moçambique. Até há seis meses era impossível pensar se que o Governo pudesse qualquer dia aceitar esta exigência ou proposta da Renamo de eleição dos governadores provinciais. O Governo dizia, de boca cheia, que se tratava da divisão do país, contudo, nós insistimos que os distritos fossem todos autárquicos e o Governo não queria saber. Se o Governo, finalmente, aceitou e cedeu que os governadores fossem eleitos e também aceitou que os administradores, igualmente, fossem eleitos, embora a partir de 2024, já é um passo nessas negociações porque, repito, o Governo não queria.

Saída das matas

E, senhor presidente, este acordo dá-lhe alguma possibilidade de voltar à vida normal?

Este acordo é um dos passos dados, mas ainda falta. Esta é a parte da descentralização do Estado, sobre a governação das províncias, governadores e administradores, porém há um outro capítulo da política de Defesa, que ainda temos de negociar. Como sabe, quando vim cá à Gorongosa, foi depois daquelas emboscadas todas, e nós temos vindo sempre a repetir que aconteceram em 2015 porque no seio das Forças Armadas, do Exército moçambicano, estão colocados apenas os comandos oriundos da parte do Governo da Frelimo, sendo que os da Renamo estão marginalizados e não estão nos lugares de decisão. Agora, uma das coisas que a Renamo está a exigir e que está na mesa das negociações é o enquadramento

dos quadros militares da Renamo para dirigirem batalhões, brigadas, repartições, departamentos e, portanto, que comandem pessoas para se evitar que, no futuro, os comandos da Frelimo planifiquem actos ou actividades de conspiração contra a oposição, sem que os nossos comandos percebam. Então, uma vez concluído este dossier, de certeza que poderei já sair da Gorongosa e começar a viver nas cidades, fazer trabalho, normalmente, e outras questões poderão ser concertadas enquanto eu estiver a andar, normalmente, nas cidades. Do momento é um bocadinho complicado porque as Forças Armadas se mantêm como um grupo partidário que não obedece às normas de funcionamento de Forças Armadas de um país democrático. Mas acredito também que, no âmbito das negociações que tenho tido com o chefe de Estado, se conseguimos o mais difícil, que é a revisão da Constituição para permitir a eleição dos Governadores, porquê não pode ser possível também o enquadramento dos quadros militares da Renamo no seio das FADEMOS [Forças Armadas de Defesa de Moçambique]? Porque não estamos a pedir uma coisa nova, são coisas pendentes que foram decididas em Roma em 1992, só que a Frelimo andou a impedir o processo e andou a violar e, agora, já que o Governo parece estar um pouco disposto a querer também terminar com confrontações e violações, quero acreditar que podemos ter a solução. Se o enquadramento for dentro de um mês, de certeza - não posso dizer amanhã - mas se calhar até finais de Março estaremos juntos aí em Chimioio, na Beira ou Maputo a fazermos o trabalho normal.

A população moçambicana acompanhou o anúncio, da parte do presidente da República, dos consensos alcançados entre o governo e a Renamo no diálogo político para a paz. Qual é a mensagem do presi-

dente da Renamo ao povo?

Primeiro agradecer a população moçambicana pela paciência e esperança. Também dedico esta vitória aos membros da Renamo, os tais que sofreram perseguições devido às exigências do nosso partido e que dia e noite lutaram por uma democracia efectiva.

Veja que, em 2016, muitos delegados nossos foram perseguidos, sequestrados e assassinados nas províncias de Manica, Sofala, Tete, Cabo Delgado, Maputo e Inhambane, porque a Renamo estava a exigir a descentralização.

A Frelimo usou todas as formas de intimidação para fazer com que os membros da Renamo desistissem da luta, deixassem de apoiar o líder da Renamo, quando este exigia a eleição de governadores provinciais, mas não desanimaram. Foram avante com as reivindicações.

A Frelimo fez de tudo para fragilizar os nossos membros, mas estes deram todo o apoio. Quando as negociações iniciaram também me deram forças para continuar a dialogar com Chefe de Estado e hoje (quarta-feira) anunciou os resultados alcançados.

É certo que ainda há um longo caminho pela frente. Contudo, quero desde já encorajar o povo e a comunidade internacional que tudo vai dar certo e a paz veio para ficar. Ninguém pode desconfiar dos nossos acordos. Aliás, quero acreditar que o presidente Nyusi conseguiu explicar a imprensa. É claro que não estava a dar detalhes, porém disse aquilo que foi alcançado nas negociações entre as duas partes.

Pela primeira vez teremos governadores eleitos e isto vai permitir que mesmo que um partido não consiga chegar ao poder central, pequenos partidos terão oportunidade de governar províncias. Esta é a democracia que nós desejávamos.

Desde já quero tranquilizar o povo moçambicano que estamos abertos, estamos a seguir tudo. Quero confessar que foram negociações duras para quem conhece o governo moçambicano e tendo em conta aquilo que falava acerca da descentralização num passado recente.

Até certos intelectuais e académicos, há um ano, diziam que Dhlakama pretendia dividir o país, hoje são os mesmos que estão a felicitar ao Dhlakama e ao presidente Nyusi. Este não é o momento de querermos identificar o vencedor porque ninguém ganhou a ninguém. Nem a Frelimo, nem a Renamo, nem o Nyusi e nem o Dhlakama ganharam esta luta. O grande vencedor é o povo.

Intercalares de Nampula

Gostava de comentar em torno da eleição intercalar de Nampula?

Esse é outro dossier complicado. A Renamo concorreu como estava previsto. Fomos às eleições intercalares causadas pela morte do nosso irmão Mahamudo Amurane, do MDM.

Não quero aqui fazer acusações, mas tenho de dizer que houve irregularidades que devem ser combatidas, porque, se continuarem assim, tudo que estamos a conquistar hoje com esforço, como é caso da descentralização e reconciliação não servirá para nada. Não será uma paz de nada, porque o grande problema é instalado pela Frelimo que partidariza os órgãos eleitorais. O STAE, que é um departamento técnico e importante no processo eleitoral, funciona como um órgão independente que está ligado ao governo moçambicano e não tem nada a ver com as deliberações e orientações da CNE.

O que faz o STAE?

Cria confusão. Houve uma abstenção acima de 75%, apesar das imprecisões da lei houve pessoas que não conseguiram votar porque os nomes não constavam das listas, sobretudo nas mesas de votos localizadas na periferia, onde o governo sabe muito bem que a Renamo tem o total domínio. Se o STAE estivesse a funcionar bem aquelas pessoas que perderam cartões de eleitor de 2014 e os nomes não constavam das listas agora podiam votar sem problemas. Veja que 75% das pessoas inscritas em 2014 não votaram e outras foram trocados nomes de propósito de modo a favorecer o candidato da Frelimo.

O problema é que o STAE funciona sozinho durante cinco anos sem que estejam lá os membros da Renamo que só entram naquele órgão quando falta pouco tempo para as eleições. Durante cinco anos, os quadros do STAE oriundos da Frelimo permanecem no órgão alegando que são funcionários do Estado ficam lá a cozinhar e a mudar nomes, tudo para facilitar a abstenção e para outro perder. É o que aconteceu em Nampula, porque caso não, o nosso homem Paulo Vahanle teria conseguido 60% logo na primeira volta, mas agora temos de ver como é que podemos ultrapassar esta questão dos cadernos. A partir do recenseamento que vai começar a 1 de Março temos de fazer uma verdadeira fiscalização, porque isto é uma prática que o governo da Frelimo vem fazendo desde 1994.

Quais as saídas?

Vamos exigir que doravante o STAE em todos os níveis, desde o central até ao distrito, subordine-se aos vogais da CNE. Assim poderemos controlar a situação. Nós sabemos isso e não é preciso ir à escola. Qualquer um que pegue naqueles cadernos de 24 de Janeiro vai ver que muitos nomes que constaram em 2014 foram retirados e preenchidos com nomes provenientes de Nacala Porto, Malema, Monapo e foi uma confusão tremenda. Estamos a pensar em corrigir isso para que a segunda volta seja feita com cadernos credíveis.



NOITE DE GUITARRA VOL. II

Campus UEM
02 Março | 20h00



RICHARD BONA



ERNIE SMITH



ALBINO MBIE



JIMMY DLUDLU

Bilhetes:

Normal: 2000MT

VIP: 7500MT

Exposição de Pintura "SINFONIAS 2" de PMourana | Os portões abrem às 18h30

Bilhetes já disponíveis nos Balcões do BancABC (Maputo e Matola), Computicket,
Dolce Vita & Uptown Café

Patrocinadores



Parceiros



Parceiro Institucional



Produção

BDQ-CONCERTOS

Na auditoria às dívidas ocultas:

Moçambique perdeu oportunidade – BM

Por Arginaldo Nhamossa

O Banco Mundial (BM) considera que o Governo moçambicano desperdiçou a oportunidade de reconquistar a confiança dos parceiros internacionais, ao falhar na criação de condições que evitassem que o relatório de auditoria às chamadas dívidas ocultas tivesse lacunas.

A crítica do Banco Mundial ao Governo moçambicano por causa do que considera oportunidade perdida está contida no relatório “Actualidade económica de Moçambique: tirando proveito da transformação demográfica”, que aquele organismo publicou esta quarta-feira em Maputo.

“Foram fornecidas informações incompletas às entidades responsáveis pela investigação por parte de vários intervenientes envolvidos, o que resultou em questões pendentes quanto à utilização dos valores emprestados”, recorda o relatório do BM, referindo-se à auditoria realizada pela filial britânica da firma de auditoria norte-americana Kroll.

Como resultado, prossegue o texto, o sentimento de confiança por parte dos doadores e investidores continua reduzido e Moçambique não tem sido capaz de chegar a um acordo com o FMI quanto à elaboração de um novo programa de cooperação.

Apesar dessa reprimenda, Mark Lundell, director do Banco Mundial para Moçambique, considera positiva a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) ao Tribunal Administrativo, mas adverte que há muito ainda por fazer para restaurar a confiança dos parceiros internacionais.

No documento, o Banco Mundial assinala que a queda de confiança dos doadores e investidores em relação a Moçambique está a gerar consequências negativas na economia nacional. A produção nacional, prossegue o relatório, caiu significativamente nos últimos 18 meses, provocando um crescimento lento da economia nacional.

O BM assinala que a contração secreta de dívida pública demonstrou fragilidades das instituições do Estado.

A falta de informação relevante resultou na estagnação das negociações para a reestruturação da dívida junto dos credores e na fraca recuperação da economia.

Questionado sobre a denúncia feita pela Procuradoria Geral da República ao Tribunal Administrativo, Mark Lundell considerou um importante passo, mas insistiu na necessidade do cumprimento das recomendações feitas por aquele órgão judicial.

Reiterou que ainda há um percurso por fazer para a reconquista da confiança e retoma da cooperação internacional.

Economia a duas velocidades

O relatório “Actualidade económica de Moçambique: tirando proveito da transformação demográfica” refere que o padrão que se verificou no segundo semestre de 2017 sinaliza que o abrandamento económico do país pode ser persistente.

No documento, com 35 páginas, é referido que a economia nacional pode tornar-se de crescimento lento, um



A transparência e responsabilização no caso das dívidas ocultas pode ajudar na execução de reformas e restaurar a confiança

pouco acima do crescimento da própria população.

Essa tendência, prossegue o documento, será um contraste com a fase em que Moçambique cresceu na ordem dos 7% ano, entre 2011 a 2015. Apesar do aumento substancial das exportações de carvão e alumínio em 2017, o estudo diz que era esperada a prevalência da tendência de redução do crescimento, uma vez que as Pequenas e Médias Empresas (PME's), que são as catalisadoras da economia, tiveram a mais alta retracção desde 1994, com destaque para a indústria transformadora.

O relatório do BM indica como factores que contribuíram para o fraco desempenho a crise económica derivada da revelação das dívidas ocultas, que restringiu a capacidade de investimento, geração de emprego, fraca procura de serviços, quer por entidades públicas, como privadas, e ainda o alto custo do crédito na banca.

Destaca também que o nível de concentração da economia no sector extractivo aumentou, agravando a exposição do país aos choques externos. O foco no sector extractivo e mineral coloca Moçambique no caminho de uma economia a duas velocidades. Nesse sentido, o país conhecerá uma aceleração na produção e produtividade no sector extractivo e um crescimento mais vagaroso no resto da economia.

Esse padrão reduz a capacidade de gerar empregos suficientes para absorver um influxo de cerca de 500 mil novos candidatos a emprego na próxima década.

As tendências de 2017, de acordo com o BM, mostram que Moçambique precisa de redobrar os esforços quanto ao apoio que tem concedido às PME's e olhar para além do sector extractivo, o que poderá ajudar rumo a um crescimento mais equilibrado.

Anota também que, apesar da valori-

zação do metical, que foi crucial para reduzir a dívida externa dos 103% do PIB em 2016, para cerca de 83% até final de 2017, o endividamento continua insustentavelmente alto e a representar um encargo elevado em termos de serviços da dívida.

Política fiscal forte

O Banco Mundial saudou as medidas de política monetária tomadas pelo banco central, que, juntamente com as exportações das commodities, ajudaram na estabilização do metical e na redução da inflação, que fechou o ano nos 7%, depois de ter atingido um pico histórico de 26% nos últimos 10 anos.

Considera que a política fiscal já começou a emitir sinais positivos, nomeadamente através de reformas nos subsídios aos combustíveis, electricidade e transportes bem como no reforço da colecta de receitas fiscais. Apesar desses avanços, o BM defende que é necessário fazer mais de modo a restaurar a saúde das finanças públicas e definir um caminho rumo à sustentabilidade da dívida a médio prazo.

Coloca como desafios a urgência no combate aos riscos fiscais provenientes das empresas estatais, na transparência, bem como na responsabilização, tratamento e investigação das dívidas ocultas.

Transformação demográfica

Para a edição deste ano, o Banco Mundial deu um enfoque especial às transformações demográficas em

Moçambique, defendendo que constituem barómetro para medição da pobreza no país e determinação das capacidades para tirar a máxima vantagem delas.

Partindo da premissa de que a baixa fecundidade representa um enorme impulso de 31% no PIB real per capita até 2050, o Banco Mundial diz que Moçambique está atrasado, quando comparado com outros países da África Subsariana, no que se refere ao arranque de uma transição demográfica.

Com uma população bastante jovem, os níveis de fecundidades tendem a aumentar, com uma média, em 2011, de 5,9 filhos por mulher, principalmente nas camadas mais pobres e vulneráveis.

Considera ser um grande desafio, mas também uma oportunidade reduzir as taxas de fecundidade, através de um investimento nas competências e empregos produtivos, o que representaria um enorme impulso para a prosperidade.

Para poder tirar proveito económico da redução da taxa de fecundidade, o Banco Mundial recomenda a promoção de políticas que despoletem a transição da fecundidade, através de oportunidades de emprego para as mulheres e melhores serviços de planeamento familiar, visando atrasar os casamentos prematuros.

Paralelamente a estas medidas, é preciso apostar fortemente na formação do capital humano, o que passa por um forte investimento na educação, visando ajudar a mudança de mentalidade.

Pacote para as férias de Natal O repouso que tanto necessita

Reserve um quarto para 4 pessoas por apenas

R990

Almoço de natal por

R295 adulto e

R120 por criança.

Oferta de pequenos presentes de natal.

Jantar/festa na véspera do novo ano.



Call us on 013 758 1222 or email on reservations@bundulodge.co.za or visit our website on www.bundulodge.co.za



ACRAYA

RESIDENCE

provavelmente o melhor T1 para um jovem casal viver em Maputo



veja também os apartamentos T2 e T3

Av Ahmed Sekou Touré 860

www.acraya.com





EDITAL PREÂMBULO

A Universidade Lúrio (UniLúrio) é a terceira Universidade Pública da República de Moçambique, cujos estatutos foram aprovados, em Outubro de 2006, pelo Conselho de Ministros. A UniLúrio é uma Universidade de âmbito nacional com sede em Nampula, onde funcionam a Faculdade de Ciências da Saúde, Arquitectura e Planeamento Físico, UniLúrio Business School e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Ilha de Moçambique e sendo que possui outras três Faculdades, designadamente, a de Engenharia e a de Ciências Naturais em Pemba e de Ciências Agrárias em Sanga

O ano lectivo de 2018 iniciará em **Fevereiro**, sendo antecedido pela realização de matrículas e inscrições dos candidatos admitidos.

I. MATRÍCULA DOS NOVOS INGRESSOS

1.1 Informa-se aos candidatos admitidos aos cursos leccionados nas Faculdades mencionadas acima, que o período de matrículas para o ano lectivo de 2018, decorrerá entre os dias **05 à 14 de Fevereiro**, no horário das **08h às 15h**.

1.2 Os candidatos admitidos aos cursos referidos na tabela abaixo deverão efectuar o depósito referente ao pagamento da Taxa de Matrícula, nas contas indicadas a seguir (com excepção da UniLúrio Business School):

a) Matrícula - Depositar a quantia de **1.300,00 Meticais** (Mil e Trezentos Meticais).

Conta N° **140831197 Registo Académico MZM – Millenium BIM**.

b) Taxa de propinas de inscrição (Semestral) – Valor e conta para depositar estão indicados na tabela a seguir:

Tabela 1. Conta Bancária e Valor da Propina

Local	Cursos Laborais	Conta Bancária da Faculdade	Valor da Propina Semestral
Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico (Nampula)	Arquitectura e Planeamento Físico	Conta N° 9535003110001- UniLúrio -Faculdade De Arquitectura E Planeamento Físico	3.600,00 Mt (Três Mil E Seiscentos Meticais)
	Urbanismo e Ordenamento do Território	Bci – Banco Comercial e de Investimento	
Faculdade de Ciências Agrárias (Sanga)	Engenharia em Desenvolvimento Rural	Conta N° 0101111000941	
	Engenharia Florestal	Universidade Lúrio Barclays	
	Engenharia Zootécnica		
Faculdade de Ciências Naturais (Pemba)	Ciências Biológicas	Conta N° 3034349081008 UniLúrio Faculdade de Ciências Naturais. Standard Bank	
Faculdade de Ciências de Saúde (Nampula)	Medicina	Conta N° 1939456910001 Receitas Internas BCI – Banco Comercial e de Investimento	
	Medicina Dentária		
	Farmácia		
	Nutrição		
	Optometria		
	Enfermagem		
Faculdade de Engenharia (Pemba)	Engenharia Informática	Conta N° 1594224210001 Fecn-Receitas De Serviços Bci – Banco Comercial e de Investimento	
	Engenharia Civil		
	Engenharia Mecânica		
	Engenharia Geológica		
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Ilha de Moçambique)	Desenvolvimento Local e Relações Internacionais	Conta N.º 371022091 FCSH – Ilha De Moçambique Millenium Bim	
	Turismo e Hotelaria		
UniLúrio Business School (Nampula)	Mais informações junto a Faculdade		

1.3 No acto da matrícula os candidatos deverão apresentar:

- Comprovativos de depósito assinados legivelmente dos valores de matrícula e inscrição (**o mesmo deve ser feito com o descritivo do curso e o respectivo nome do estudante**)
- 2 Fotocópias autenticadas do Bilhete de Identidade (para nacionais) ou DIRE (para estrangeiros).
- 2 Fotocópias autenticadas do Certificado de Habilitações de conclusão da 12ª classe ou equivalente.
- 4 Fotografias do tipo passem, recentes e iguais (3 em formato impresso e uma digital)
- Numero Único de Identificação Tributária (NUIT)
- Declaração de Situação Militar Regularizada.

1.5 No acto da matrícula é da responsabilidade do candidato apresentar:

- Certificado de Habilitações que confira o acesso ao curso pretendido.
- O Certificado de equivalências emitido pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, para o caso de candidatos com Certificados de Habilitações obtidos em instituições de ensino estrangeiras.
- Documentação constituída por Boletim de Matrícula e Processo Individual, devidamente preenchidos e com assinatura legível do estudante (adquiridos no local de matrícula).
- Os talões de depósito que confirmam os pagamentos das taxas requeridas com o descritivo do curso e o respectivo nome do estudante.**
- Declaração de Situação Militar Regularizada.
- Numero Único de Identificação Tributária (NUIT)

II. NOTAS IMPORTANTES

2.1 A apresentação de Declarações, ao invés da fotocópia autenticada do Certificado de Habilitações de conclusão da 12ª classe ou equivalente, não permitirá a efectivação da matrícula.

2.2 A apresentação de **um Certificado de Habilitações que não confira acesso ao curso pretendido**, não permitirá a efectivação da matrícula.

2.3 O candidato admitido que não realizar a matrícula no período correspondente à sua admissão e nos prazos indicados neste Edital, perde o direito de ingresso, segundo o Regulamento Pedagógico em vigor.

Para mais informações, contactem a Direcção dos Serviços Académicos pelo número **825834624**, ou ainda pelo correio electrónico: **dsa@unilurio.ac.mz**

Nampula, 12 de Janeiro de 2018

A Direcção
Assinatura Ilegível



Reforçar a Prestação de Contas e Supervisão na Saúde e Agricultura na África Austral

O Distrito é o pólo do desenvolvimento na República de Moçambique, pelo que a planificação local, traduzida no PES do Distrito, congrega as necessidades das comunidades e os seus respectivos anseios. A supervisão do PES 2017 do Distrito de Chibuto, nas componentes de segurança alimentar e nutricional e a saúde sexual e reprodutiva, bem como o HIV/SIDA, é fundamental para o incremento das condições de vidas das comunidades de Chibuto, principais contribuintes das taxas e impostos locais.

Neste contexto, um total de 122 representantes das comunidades de Chaimite, Mukhotweni, Maniquiniqui e Malehíce, sendo 26 homens e 96 mulheres, com o apoio de 18 activistas da PD de Chibuto, dos quais 4 homens e 14 mulheres, participaram em debates públicos e radiofónicos através da Rádio Comunitária de Chibuto, numa interacção comunitária sobre o desempenho do PES 2017 e as perspectivas para o ano de 2018. Os resultados destas acções, foram partilhadas com a Assembleia Provincial de Gaza que para o efeito destacou uma equipa composta por 10 membros, pelo círculo de Chibuto, sendo 3 mulheres e 7 homens. Em Chaimite, por exemplo, as comunidades colocaram a necessidade de reabilitação do sistema de rega pela sua importância no incremento da produção agrícola e combate a fome e a desnutrição, e sua contribuição para o aumento da renda familiar. No

sector da saúde, as comunidades focalizaram os desenvolvimentos recentes, como o acesso ao TARV localmente, ao invés da clínica móvel pois esta centrava-se em determinados dias e mesmo assim, uma vez por mês. Prezaram as campanhas porta a porta de sensibilização sobre o HIV nas comunidades e nas escolas. Contudo, levaram a polémica falta de luvas no Centro de Saúde local, com especial atenção no sector da maternidade, pondo em risco também o respectivo pessoal qualificado.

Os membros da Assembleia Provincial de Gaza, sentiram-se bem acolhidos e agradeceram a explanação das preocupações da comunidade, colocadas de uma forma clara e directa, sobretudo com uma apresentação de instrumentos de monitoria participativa como a matriz de priorização, o processo de Auditoria Social as conclusões e recomendações como a necessidade intensificar a monitoria da governação. Os realçaram o papel fiscalizador do CCM e da Plataforma Distrital, como uma tarefa obrigatória de todo o cidadão, incluindo a AP. Também teceram elogios a participação da mulher cuja percentagem ultrapassa os 50%, nas actividades de monitoria da governação e a sua capacidade de apresentar as conclusões do trabalho de campo. Recomendaram contudo que os resultados e as constatações ora discutidas fossem também apresentadas ao Governo do Distrito.



Explora o seu
Futuro de sucesso
com mestrados do
ISCTEM



MBA | Mestrado em
Gestão de Negócios de Petróleo Gás
5ª Edição | 5 de Março de 2018

Mestrado em
Sócio-Economia do Desenvolvimento
3ª Edição | 12 de Março de 2018

MBA | Mestrado em
Gestão de Projectos
5ª Edição | 26 de Março de 2018

Mestrado em
Ciências Jurídicas
4ª Edição | Março de 2018

Mestrado em
Direito Empresarial e Corporate Governance
6ª Edição | Março de 2018

Mestrado em
Direito Fiscal
6ª Edição | Março de 2018

Inscrições abertas

Para mais informações contacte:
Secretariado da Escola de Pós-Graduação
Celda Mondlane: (+258) 84 29 59 213
E-mail: imonjane@isctem.ac.mz



Nota de Posicionamento em relação ao alargamento da licença paterna prevista na Lei nº 10/2017 de 1 de Agosto

Contextualização: Igualdade de Género e Envolvimento Masculino

A igualdade de género se apresenta como um imperativo global. Vários Protocolos internacionais têm enaltecido o valor da igualdade entre homens e mulheres. Destes, a Declaração Universal dos Direitos Humanos que tem servido de instrumento chave para o garante da dignidade humana, considera no seu artigo primeiro, que: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. O artigo segundo enaltece que a liberdade e igualdade perpassam a todos os indivíduos independentemente da raça, cor, condição social, religião, sexo, etc.

A 1 de Janeiro de 2016 entrou em vigor a resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, constituída por 17 objetivos, desdobrados em 169 metas, que foi aprovada pelos líderes mundiais, a 25 de Setembro de 2015 (70th Sessão da Nações Unidas), cimeira memorável na sede da ONU, em Nova Iorque (EUA)¹. Esta agenda é incisiva na promoção da igualdade de género, de forma particular no seu quinto pilar “Alcançar a Igualdade de Género e Empoderar todas as Mulheres e Raparigas”.

Em Moçambique, a Constituição da República² assegura a igualdade e liberdade independentemente das circunstâncias. O artigo 35 atesta que: “Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais, profissão ou opção política”. A igualdade de género é assegurada no artigo 36 que enaltece que “o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural”. A lei da família³ é também muito incisiva em relação ao dever parental. O que possibilita o entendimento de que do ponto de vista legal, o país possui uma boa atmosfera para a igualdade de género e envolvimento masculino.

A exaltação da igualdade de género surge pela compreensão de que as desigualdades são reais e de forma explícita geram imensos ônus na vida das mulheres. A título de exemplo, o relatório das Nações Unidas de 2016 indicou que no mundo uma entre cada três mulheres foi vítima de violência física ou sexual. Elas também ganham menos, ocupam menos cargos de chefia e, em 18 países, precisam da aprovação do marido para trabalhar. A participação no mercado de trabalho também estampa a desigualdade. O levantamento de dados mostra que 56,3% das mulheres acima de 15 anos estão no mercado de trabalho. Entre o grupo masculino, o índice é de 78,5%⁴.

No país, há registos de muitos desníveis em termos de oportunidades para mulheres e homens, contudo, a nível do campo político, algumas mudanças tem vindo a acontecer. De acordo com Osório (2010)⁵ na primeira legislatura, em 1977, o número de mulheres no órgão legislativo não ultrapassava os 12%, passou em 2010 para 39,6% (tendo, inclusive, uma mulher presidido o parlamento). Constata-se que o acesso das mulheres a lugares de tomada de decisão, seja na Administração Pública, principalmente ao nível das funções de direcção do Estado tem vindo a crescer, atingindo por vezes níveis superiores aos 30%.

As desigualdades de género têm beneficiado aos homens. Porém, numa visão não substancialista, entende-se que, embora o homem goze dos “privilégios” das desigualdades, existem fardos elevados para ele em várias esferas. É por esta razão, que nós, Fanelo Ya Mina (FYM), dentro do nosso comprometimento no garante dos direitos humanos, abordamos a questão de género numa perspectiva relacional e transformativa, trazendo o homem como parceiro de mudanças, que são benéficas para si, para a companheira, filhos (as) e toda a sociedade.

A forma como as relações de género estão constituídas tem possibilitado a produção e reprodução das masculinidades hegemónicas e tóxicas. A literatura feminista nacional tem vindo a nos informar sobre os modelos de masculinidades comuns, dominantes e socialmente aceites no nosso contexto. Essas masculinidades têm sua manifestação na robustez, rigidez, agressividades dos homens. Existe necessidade permanente, da parte de muitos homens, de buscar provar a si e aos outros o “verdadeiro ser homem”.

Dependendo do campo de actuação, esse ser homem ganha dispositivos específicos. Porém, esses dispositivos, muitas das vezes, têm impactado os homens de forma negativa, o que também se estende a vida da mulher. Esta

constatação torna inevitável a inserção do homem em debates sobre a saúde, violência, violência baseada no género, reflexões sobre masculinidades, sexualidade, paternidade e todos outros campos que possibilitam o enfrentamento ao patriarcado.

Temos aprofundado a abordagem do envolvimento masculino por entender as questões de género numa perspectiva relacional, envolvendo homens e mulheres, superando a perspectiva unilateral que percebe género como sinónimo de mulher.

A nossa abordagem é transformativa, instigamos o homem a se pensar, se questionar e se transformar, vendo-se na sua vulnerabilidade e como vítima do sistema patriarcal, apesar de ser um sistema que o privilegia ou gera essa sensação. A nossa perspectiva de trabalho se espelha no modelo ecológico que consiste no trabalho com o indivíduo, família, serviços de saúde, comunidade, sociedade.

Acreditamos na construção de novas masculinidades e paternidades. É por isso que privilegamos o trabalho na esfera individual de forma a conscientizar os homens a outras possibilidades de masculinidades para além das comuns, que são muitas vezes tóxicas, nocivas para o próprio homem, na relação homem com outros homens, na relação com as mulheres, assim como crianças.

Do mesmo jeito, enfatizamos o trabalho com a família porque é o espaço base de socialização e acreditamos que transformando-se os meios de socialização vigentes nesse circuito pode-se alcançar ganhos em toda a comunidade e sociedade, sem deixar de responsabilizar também transformações comunitárias e da estrutura societal dominante.

Por último, mas não menos importante, pensar nas masculinidades e também na redefinição da paternidade implica igualmente pensar os serviços de saúde, engajando o homem à adesão, mas também, advocando no sentido desses serviços se reestruturarem de forma a serem mais acolhedores para este. Existe no nosso contexto uma grande feminização dos serviços de saúde. A forma como as unidades sanitárias se encontram estruturadas inibe o envolvimento masculino. Os serviços de cuidados materno-infantil, por exemplo, são despreparados de várias formas, desde a disposição das infra-estruturas e até mesmo as expectativas dos e das profissionais de saúde em relação as pessoas que devem frequentar estes serviços, que são em grande parte mulheres – são estes os desafios institucionais.

Para os nossos propósitos neste momento, iremos explorar o campo da paternidade como forma de aprofundamento da Lei nº 10/2017 de 1 de Agosto que concede a licença de 7 dias aos recém pais, expondo os ganhos e os desafios.

Sobre a ampliação da licença de paternidade em Moçambique

Para nós, Instituto Fanelo Ya Mina, na qualidade de militantes pelos direitos humanos, que tem na igualdade de género um dos caminhos da sua materialização, o ano de 2017 teve momentos merecedores de júbilo. A aprovação do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado (Lei nº 10/2017 de 1 de Agosto) revogando a Lei nº 14/2009, de 17 de Março constituiu um deles. O Artigo 78 (Licenças) trouxe elementos dignos de nota. No seu número 2 está previsto que: “A licença de parto consiste na concessão à funcionária e agente do Estado parturiente, 90 dias, acumuláveis com as férias, podendo iniciar 20 dias antes da data provável do parto. Já, no nº 4 está previsto o seguinte: “A licença de paternidade consiste na concessão, ao pai, de uma licença de sete dias, seguidos ou interpolados, nos 30 dias contados a partir da data do nascimento do filho”.

A maternidade e paternidade são também previstas a nível da Constituição moçambicana. O número 4 do artigo 120 prevê que os pais e as mães devem prestar assistência aos filhos nascidos dentro e fora do casamento. O que quer dizer que do ponto de vista legal, existe estrutura e incentivo a participação masculina para o exercício da paternidade de forma participativa e responsável.

Em seguida passamos a abordar com mais detalhes a importância da licença, começa dos pontos críticos, na simultaneidade em que estaremos a expor o nosso entendimento sobre paternidade e também caminhos a serem percorridos para o maior envolvimento masculino nas questões do cuidado.

Selectividade da licença

A licença aprovada é restrita aos trabalhadores da função pública. O que

surge como questão é em relação aos 2º e 3º sectores (o privado e da Sociedade Civil, respectivamente), que, também, albergam uma grande parte da massa laboral deste país. Vemos na exclusão dessa parte da população uma negação aos pais, que se encontram nesses sectores, ao usufruto da paternidade, para além de privar a criança de viver e sentir o prazer de estar com o pai nos primeiros dias do seu nascimento. Por isso, mesmo enaltecendo as mudanças efectuadas, almejamos que o quadro legal seja ampliado de modo a integrar de forma explícita todos os excluídos.

Enquanto o Quadro Legal não muda

Estamos cientes de que transformações no âmbito legal passam por várias disputas técnicas ideológicas, e de outros âmbitos, o que leva o seu tempo. Sendo assim, enquanto se pleiteia pela ampliação da licença no segundo e terceiro sector, instigamos a estes a olharem e acolherem a pauta a nível das suas instituições. É uma forma de fortalecer a luta pela igualdade de género através do envolvimento dos homens em assuntos que são historicamente tidos como restritos às mulheres. Possibilitar a licença para o pai, permite com que este tome a responsabilidade sobre a sua criança desde os primeiros momentos de nascimento e maior envolvimento em assuntos domésticos fundamentais nesse processo.

Reconhecemos e apreciamos as organizações do segundo e terceiro sector que têm vindo a implementar a licença paterna pelo respeito aos direitos humanos das crianças e das mulheres.

Dias de licença

De acordo com os dados do Promundo (2015), embora as mulheres representem actualmente 40% da força de trabalho remunerada, e 50% da produção de alimentos no mundo, em média, elas ainda passam de duas a dez vezes mais tempo cuidando de uma criança ou pessoa mais velha do que os homens. Apesar disso, o envolvimento de homens na prestação de cuidados está apenas começando a ser reconhecida como uma forma importante e abrangente para se avançar com a agenda da igualdade de género.

A licença paterna em Moçambique é de 7 dias, bastante desproporcional da licença materna que se estendeu para 90 dias, o que é demonstrativo de que existe um grande abismo na responsabilização de homens e mulheres no que concerne aos cuidados da criança. O que pode ser visto como ganho para a mulher (90 dias de licença) é também em parte uma forma de afirmação das desigualdades. Na nossa perspectiva, dentro da abordagem relacional de género, advogamos pela responsabilização colectiva. Estamos cientes de que existem aspectos biológicos como a amamentação que o homem não pode suprir e que servem de argumento para mais dias a mulher em detrimento do homem, porém, existem muitos outros aspectos sociais de cuidado, de presença, do fazer quotidiano que os homens podem e devem participar. Embora estranho para uma sociedade estruturada no patriarcado, as licenças maternas e paternas deviam estar no mesmo nível de tempo.

Experiências internacionais de licenças

Embora não sejamos de todo um exemplo na licença de paternidade, estamos a passos avançados que alguns países mas também bastante atrasados que outros. A China e Bolívia, por exemplo, não tem nenhum dia de licença paterna estipulado. Brasil e Hungria são 5 dias, 2 dias a menos que Moçambique. Os países nórdicos por circunstâncias sociais, políticas, económicas específicas, tem licenças muito mais significativas que possibilitam o acompanhamento pleno das suas crianças. Na Noruega a licença é de 46 semanas que podem ser usufruídas pelo pai e pela mãe. A Islândia concede 90 dias, a Islândia oferece 90 dias; a Suécia, 70 e a Finlândia, 54⁶.

Um período de licença mais extenso é bom não só para a criança, mas também para o casal e fortalece a igualdade de género no lar. A literatura tem considerado que o homem que se envolve por pelo menos duas semanas em actividades domésticas no momento do nascimento da criança acaba adoptando uma postura igualitária e partilha de tarefas domésticas para além desse tempo.

Importância da licença

A presença do pai é importante em todas as etapas do crescimento do filho, mas a infância merece um cuidado especial. A licença de paternidade é um acto de chamar a responsabilidade ao pai no acompanhamento da criança nos primeiros dias de vida, o que permite o fortalecimento do vínculo afectuoso com a nova vida e também com a sua parceira, num momento muito importante. A presença paterna na primeira infância da criança, também, aumenta a quantidade de estímulos cerebrais da mesma e gera mais confiança⁷. Mesmo antes da criança nascer é fundamental que os pais estreitem os vínculos com ela ainda no útero da mãe. É recomendável acariciar o abdômen da mulher, dizer palavras doces e meigas no sentido de procurar uma comunicação física com o feto, transmitindo todo o seu carinho e afecto para a criança que deverá chegar. A comunicação nesse processo é intensa. A parede do abdômen e do útero não são obstáculos para este acesso, pois, está provado que o bebé percebe sons, temperatura, luz e movimentos que ocorrem na parte externa, próxima à parede abdominal da grávida, o que torna o diálogo com o pai imprescindível.

Envolver o pai desde o início da gravidez não é apenas de grande importância para a criação do vínculo dos pais com seus/suas filhos/as, mas também contribui para a saúde física e psicológica da mãe, para o bem-estar da criança que vai nascer e para o crescimento pessoal dos homens (PROMUNDO, 2015)⁸.

O que fazer no momento da licença?

Cientes de que somos construídos dentro de uma cultura que responsabiliza muito as mulheres em detrimento dos homens no cuidado das crianças, alguns homens se perguntam sobre o que fazer no tempo da licença? Que papel desempenhar como homem?

Muito pode ser feito, antes, na licença, assim como depois. No tempo da licença o pai precisa estar presente para dar apoio e dividir as tarefas com a nova mãe num tempo tão delicado, o puerpério, com um bebé por cuidar, hormônios oscilando e um mundo de novidades se abrindo. O pai precisa colaborar com a mãe em alguns aspectos como, preparação das refeições, compras para a casa, troca de fraldas do bebé, banho, alimentação⁹. É gratificante para a mulher contar com essa colaboração, é fundamental para o bebé ter essa presença.

O pai deve estar disponível para acordar nas madrugadas, ajudar o bebé a cochilar durante o dia, manter a casa organizada e silenciosa, limitar visitas à mãe e ao bebé. Essas atitudes trazem conforto físico, disposição e bom-humor no pós-parto¹⁰. É fundamental que o homem programe-se para estar presente nas primeiras semanas, fazer o uso da licença paternidade e as férias. O primeiro mês é especialmente cansativo e o pai presente faz uma enorme diferença. É necessário, também, levar a água e alimentos para a mãe e permitir que ela durma sempre que possível. A privação de sono dificulta a produção de leite e provoca dores e irritação. Os primeiros dias pós-parto podem ser particularmente difíceis por conta da descida do leite. Homem, pai, seja paciente!

Diversos estudos têm mostrado que as crianças que têm modelos de apoio e afecto de uma figura paterna são mais propensas a serem mais seguras e mais protegidas da violência, têm futuros mais bem sucedidos e lidam com as tensões da vida com maior facilidade do que aqueles com um pai ausente ou sem qualquer modelo masculino para se espelhar (PROMUNDO, 2015). O Manual P (P de Pai) acrescenta ainda que o engajamento dos homens no cuidado tem um efeito positivo sobre a socialização de género de meninas e meninos e faz com que as crianças estejam mais abertas para questionar os papéis de género tradicionais. As mulheres que têm parceiros/as envolvidos/as se sentem mais apoiadas emocionalmente e menos estressadas do que as mulheres com parceiros/as ausentes e não envolvidos/as. Homens também se beneficiam: aqueles que participam de forma mais igualitária no cuidado, apresentam melhor saúde física e mental do que aqueles que não o fazem.

Estamos cientes de que 7 dias não são tão suficientes para toda esta construção. Porém, constituem um passo. E é também por isso que continuamos considerando que o afecto deve estar presente em todas as etapas de vida da criança. Homens precisam estar inteirados de que o ser pai não se resume, somente, ao preenchimento das necessidades materiais da criança. O afecto marca mais e estrutura mais a criança do que as coisas materiais. Estas podem ser oferecidas por qualquer um que não precisa, necessariamente, ser pai. O afecto do pai, só este pode dar.

Nossa cultura

No nosso contexto é comum que na chegada do novo ser, mulheres mais velhas, sogra, tia, mãe da parturiente se encarreguem de cuidar do bebé e da parturiente. Isto pode parecer conflituoso com a presença de pai, mas não é. Do mesmo jeito que a presença da mãe não impede a presença do pai, a vinda de outras pessoas que pretendam colaborar não conflictua, só complementa. A paternidade é responsabilidade. Esta responsabilidade não é e não deve ser terceirizada.

Paternidade é responsabilidade

A construção social da masculinidade hegemónica permite-nos olhar a licença da paternidade sem romantismos. Pelo facto da sociedade de se responsabilizar os homens em assuntos ligados ao cuidado da criança e de todo o espaço doméstico, a licença para alguns, pode ser um simples momento de férias para atender as demandas singulares. É um aspecto que está para além das possibilidades dos legisladores e de todos os que desejam que seja um momento em que a paternidade se manifeste de forma intensiva, afectiva e efectiva. Para que isso aconteça, depende do homem. Por isso, apelamos aos homens ao maior comprometimento nesse processo. Apelamos a compreensão de que a paternidade é significativamente responsabilidade. Por esta razão dizemos: Pai, aproveita a licença e fique mais perto da sua criança, acompanhe cada choro, viva cada necessidade, afecte e se deixa afectar.

Referir que globalmente existem ações que estão a ser desenvolvidas para o engajamento do homem na esfera do cuidado do espaço doméstico e em particular, das crianças. Existe a campanha *Men Care* que promove o envolvimento igualitário dos homens nas tarefas de cuidado e práticas de paternidade equitativa e não violenta em todo o mundo; *Men Care+* que envolve os homens enquanto parceiros na saúde materna e infantil; na saúde e direitos sexuais e reprodutivos e na prevenção da violência baseada em género¹¹; Existe o Manual do Programa P (P de Pai) que disponibiliza estratégias e actividades para engajar os homens na paternidade e no cuidado, envolvendo-os desde a gravidez até a primeira infância de seus filhos; Programa H (H de homem) dirigido a homens incentivando-os a reflexão sobre normas rígidas associadas à masculinidade e promove a transformação de papéis estereotipados relacionados com o género.

Em Moçambique, o Fanelo Ya Mina está desenvolvendo uma campanha sobre "Paternidade Responsável" que está sendo veiculada nos órgãos de comunicação social, plataformas digitais, ATM's, Workshops, outros meios. A campanha mobiliza os homens a participarem dos cuidados da criança desde a gravidez da mãe, acompanhamento as consultas pré-natais, parto, registo do recém-nascido, colaboração nos cuidados da parturiente e recém-nascido, acompanhamento para a vacinação e controle do peso, afectividade e cumprimento entre o casal.

Instigando transformações nos serviços de saúde

A participação do homem é fundamental no momento da gravidez, parto, pós-parto e todas outras fases de vida da criança. Na gravidez são feitas as consultas pré-natais. Realçamos a necessidade do envolvimento masculino no processo. É seguro também para a mulher ter o seu parceiro no parto, assim como se apresenta fundamental fazer acompanhamento da parceira no pós-parto.

Entendemos, porém, que barreiras institucionais podem contribuir para menor adesão dos homens nestes processos. Tradicionalmente, há tendência de interagir mais com a mãe, especialmente em processos de saúde reprodutiva e sexual, onde os homens pouco participam ou nem são chamados a participar (PROMUNDO, 2015). A centralidade na mulher é mais reveladora no nome dado aos serviços de cuidados e acompanhamento da saúde da criança e da mãe, Saúde Materno-Infantil (SMI), o que invisibiliza, exclui os homens dos processos (PROMUNDO, 2015). Por esta e outras razões, consideramos serem fundamentais políticas públicas de saúde direcionadas para os homens, que possibilitem maior abertura para a participação destes e adesão aos serviços de saúde em geral e particularmente no apoio a companheira no processo de gestação.

Essas políticas precisam ser acompanhadas de reestruturação das unidades sanitárias. Para o parto, por exemplo, as maternidades dos hospitais públicos, não se apresentam adequadas para outras presenças, particularmente a masculina, justificando o facto de mulheres não quererem se expôr diante de homens que não são seus parceiros.

Além do mencionado, existe estranhamento da parte dos profissionais para o homem que acompanha de forma contínua a sua parceira, leva consigo a criança. A mudança de consciência dos profissionais de saúde é fundamental para a eliminação dos constrangimentos do envolvimento dos homens nos serviços de saúde. Entretanto, instigamos também aos homens a desafiarem as barreiras institucionais e garantirem o direito de participação afectiva.

O momento de interação entre o sistema de saúde e as famílias durante a gravidez constitui uma porta aberta para a inclusão dos homens, para fazê-los sentirem-se protagonistas, gerar responsabilidade conjunta pela criança que vai nascer, apoiar a mãe, construir uma ligação entre o homem e seu/sua futuro/a filho/a, apropriando-se de seu papel paterno. Além disso, este momento pode ser propício para um maior cuidado dos homens com a sua saúde, através do pré-natal masculino, ação que visa inclui-los no sistema de saúde, atuando em seu atendimento, na prevenção de doenças, promoção da paternidade e maior envolvimento nas tarefas de cuidado.

Importa referenciar que a nível do Ministério da Saúde de Moçambique, políticas, programas e estratégias estão a ser feitas para garantir profundas reformas no sector da saúde, o que inclui a abertura para o envolvimento masculino. O programa de Humanização em Saúde constitui um símbolo da necessidade de aprofundamentos dos cuidados nos serviços de saúde de forma a garantir maior respeito e dignidade pelas pessoas que aderem aos serviços. Está também em construção a estratégia de envolvimento dos homens nos serviços de saúde. Tudo indica que existe um trabalho estrutural sendo desenvolvido para fazer face às necessidades vigentes.

Participação dos pais nas consultas Pré-natais

As consultas pré-natais precisam superar o binómio mãe-filho (a) e articularem a relação mãe-pai-filho (a). A incorporação do pai durante o período pré-natal objectiva: Prepará-lo para a chegada de seu/sua filho/a e envolvê-lo desde o início do projeto, no desafio da paternidade; Promover o quanto antes o vínculo entre o pai e a criança que vai nascer, facilitando assim um posterior papel ativo, carinhoso e comunicativo; Promover a aprendizagem de competências para tarefas domésticas, de cuidado e criação; Envolver os pais na compreensão das diferentes fases da gravidez; Incentivá-los a cuidar da sua saúde mental e física, assumindo um estilo de vida saudável, reduzindo seus comportamentos de risco e, assim gerando um melhor contexto para o desenvolvimento de seu filho ou filha; Promover fatores de proteção e redução dos comportamentos de risco que possam afetar a gravidez, a mãe e o relacionamento entre ele e a mãe, tais como o consumo de tabaco e álcool, além da violência física e psicológica; Promover atitudes de apoio mútuo, colaboração e diálogo entre o pai e a mãe para melhor lidar com as mudanças, ansiedades e adaptações que advém da gestação; Resolver preocupações e perguntas do pai sobre questões relacionadas com a gravidez e a vida sexual durante a gestação; Desenvolver capacidades para agir de forma oportuna e apropriada no caso de doenças, acidentes ou emergências, diminuindo assim o nível de impacto psicológico no casal; Certificar-se que eles saibam, por exemplo, em que circunstâncias devem ir para a clínica ou recorrer aos sistemas de saúde, como e o que fazer, etc.

Durante o período de gestação, um momento muito significativo para ambos

são as ultrassonografias, especialmente a primeira. Este geralmente é um momento de grande presença e interesse por parte dos pais e, portanto, uma porta aberta para promover o vínculo com o processo que se inicia. Esse pode ser o momento ideal para engajar os homens no pré-natal do parceiro, em que são incentivados a envolverem-se no cuidado da própria saúde e na prevenção de doenças.

Acções que podem ser desenvolvidas nas Unidades Sanitárias para o maior e melhor envolvimento masculino

O Manual do Programa P desenvolvido pelo Promundo tem algumas sugestões para os profissionais de saúde de modo a envolverem mais os homens. São elas:

- Incluir os homens e pais nas rotinas dos serviços convidando-os para as consultas, exames e atividades de grupo relacionadas ao cuidado com seus filhos e parceiras, tais como contracepção, TIG (teste de gravidez) e acompanhamento pediátrico;
- Incentivar a participação dos pais no pré-natal, parto e pós-parto e dê a ele tarefas significativas, como cortar o cordão umbilical ou dar o primeiro banho.
- Divulgar o seu direito de acompanhar o parto, caso a mãe da criança assim desejar;
- Estimular e fortalecer a construção do papel paterno a partir da experiência de participação no processo de nascimento de seu/sua filho/a;
- Apoiar o pai para que entre em contato com seu bebê o mais cedo possível: cortar o cordão, segurá-lo/a, pesá-lo/a, acompanhá-lo/a em procedimentos;
- Facilitar a presença dos pais nas enfermarias, acompanhando seus/suas filhos/as internados/as;
- Promover com os homens atividades educativas que discutam temas relacionados ao cuidado, numa perspectiva de gênero;
- Acolher os homens, valorizando sua capacidade, escutando suas demandas e sugestões, oferecendo apoio nas situações difíceis e incentivando-os a cuidar da própria saúde;
- Propor adaptações no ambiente de modo a favorecer a presença dos homens, tais como cadeiras, camas, banheiros masculinos, divisórias, cartazes e revistas
- Dê visibilidade ao tema do cuidado paterno, incluindo-o nas diferentes actividades educativas realizadas pela unidade, como: contracepção, pré-natal, aleitamento, grupos de adolescentes, pais e idosos.

No momento Pós-parto¹²

- Promoção do contacto da mãe e do pai com o bebê, tente dar o tempo necessário a cada um;
- Em caso de cesariana, procure que o pai realize o contato pele-a-pele durante alguns minutos;
- Encorajar e facilitar que o pai segure nos seus braços seu filho ou filha;
- Prolongue pelo máximo de tempo possível a presença do pai com o recém-nascido e sua mãe;
- Informe o pai e a mãe sobre cada procedimento médico ou de rotina que se realizará em seu/sua bebê;
- Se o pai ou a mãe não se sentem cómodos com o contato físico inicial, apoie-os. É um processo que pode levar horas ou dias, o importante é que encontrem a sua própria forma e estilo e que construam um vínculo de contato com a criança;

Por uma paternidade intensiva, efectiva e afectiva

¹ <https://nacoesunidas.org/pos2015/> Acessado no dia 17 de Janeiro de 2018 as 10:43.

² Constituição da República de Moçambique, 2004.

³ Lei 10/2004, de 25 de Agosto.

⁴ <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-fica-em-92-lugar-entre-159-paises-em-ranking-de-igualdade-de-genero,70001708386> Acessado no dia 12 de Janeiro de 2018.

⁵ OSÓRIO, C. Género e Democracia. Publicado em Outras Vozes, no 31 e 32, Agosto-Novembro, 2010. Disponível em <http://www.wlsa.org.mz/artigo/genero-e-democracia/>.

⁶ http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150812_licenca_maternidade_paises_rm Acessado no dia 17 de Janeiro de 2018 as 10h:22.

⁷ <https://www.greenme.com.br/viver/costume-e-sociedade/3415-importancia-figura-paterna-filhos> Acessado no dia 17 de Janeiro de 2018 as 14:27.

⁸ INSTITUTO PROMUNDO. Programa P: Manual para o exercício da paternidade e do cuidado. 2ª edição, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <https://promundo.org.br/recursos/programa-p-manual-para-o-exercicio-da-paternidade-e-do-cuidado/>

⁹ <https://escolhademae.com.br/bebes-0-12-meses-17/a-importancia-da-licenca-maternidade-e-paternidade-para-o-bebe-118> Acessado no dia 04 de Janeiro de 2018 as 10:50.

¹⁰ <https://blog.tricae.com.br/mundo-materno/comportamento/a-importancia-da-licenca-paternidade/> Acessado no dia 04 de Janeiro de 2018 as 10:24.

¹¹ <http://menengage.org/> Acessado em 05 de Janeiro de 2018 as 21:31.

¹² <https://promundo.org.br/programas/programa-p/> Acessado no dia 08 de Janeiro de 2018 as 11:39.

INSTITUTO FANELO YA MINA

Avenida 25 de Setembro, nº 270, Edifício Times Square, Bloco II, R/C,
Tel. (+258) 848603443

e-mail: fym@faneloyamina.org; Website: <http://www.faneloyamina.org>;

Facebook: www.facebook.com/faneloyamina.org

Maputo - Moçambique

Violação de sanções à Coreia do Norte

Moçambique na mira da administração Trump

Depois de no ano passado Moçambique ter-se colocado no olho do painel das Nações Unidas que escrutina a implementação das sanções contra o Governo isolacionista da Coreia do Norte por alegada cooperação militar com Pyongyang, Maputo é desta vez alvo de acusações de violação do embargo àquele país pelo canal de televisão norte-americano CNN.

A reportagem da CNN refere que dois navios de pesca norte-coreanos, Susan 1 e Susan 2, estão a operar em águas moçambicanas, atracando regularmente no Porto de Maputo, num negócio de fachada que gera milhões de dólares.

Estas parcerias de investimento serão apenas uma das áreas de comércio ilícito em que os dois países estão envolvidos.

A CNN conta que o valor dos contratos ilegais totaliza milhões de dólares e que o dinheiro é enviado através de diplomatas norte-coreanos para Pyongyang.

No ano passado, relatórios citando as Nações Unidas davam conta de a Coreia do Norte ter treinado unidades de forças de elite moçambicanas e fornecido algum equipamento militar ao país.

O Governo do excêntrico King Jong Un está sob duras sanções das Nações Unidas, devido ao seu programa nuclear destinado a equipar o país com armas nucleares que visam, fundamentalmente, os EUA e os seus aliados Coreia e Japão.

É urgente esclarecer isto – Alberto Ferreira

Questionado sobre a alegada violação das resoluções da ONU, a vice-ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Maria Lucas, refutou as acusações, declarando que Moçambique está a actuar no quadro do direito internacional na questão coreana.

Maria Lucas adiantou que as autoridades moçambicanas convidaram as Nações Unidas para verificarem a conformidade da postura de Maputo com as disposições da comunidade internacional.

Em entrevista ao mediaFAX/**SAVANA**, o académico e docente universitário moçambicano Alberto Ferreira considera que as autoridades moçambicanas devem encarar as acusações com seriedade, empenhando-se no seu esclarecimento urgente.

“Neste momento, é ainda prematuro avançar com consequências possíveis. O governo devia, com urgência, encontrar mecanismos para se dissociar de uma possível relação com a Coreia (do Norte). As instituições americanas funcionam como uma banda militar em harmonia”, defende Alberto Ferreira.

Assinalando que ainda se está no campo das suposições, Alberto Ferreira alerta que seria um erro lidar com ligeireza com este assunto,



A parceria moçambicano-coreana tem dois barcos com tripulações coreanas – o Susan 1 e o Susan 2 – que se dedicam à pesca da gamba de profundidade

tendo em conta o peso dos EUA no concerto das nações e a vulnerabilidade política e económica de Moçambique.

“Tendo em conta a vulnerabilidade e dependência de Moçambique e tendo também em conta o poder influenciador dos Estados Unidos da América, Moçambique corre o risco de ver-se isolado tanto do ponto de vista político como económico”, diz o académico.

O **SAVANA** apurou que, na fase inicial da investigação das Nações Unidas, o governo ignorou as notificações feitas pelo organismo internacional fornecendo informação tardia.

A reportagem da CNN, prosseguiu Ferreira, não deve ser dissociada de uma estratégia de pressão da administração Trump visando um bloqueio total da Coreia do Norte. “A confirmar-se a notícia, estaremos envolvidos em maus lençóis”, continua.

Pode ter a mão da CIA

Para Alberto Ferreira, a descoberta da alegada violação por Moçambique do embargo à Coreia do Norte pode ter a mão da CIA.

“Semelhantes descobertas foram efectuadas na Rússia e na China, o que enfureceu a administração Trump e reforçou o embargo contra Rússia”, assinala Ferreira.

Para isolar a Coreia do Norte, a administração americana tem o Departamento do Estado onde o Secretário do Estado coordena as acções em colaboração com a CIA, destaca ainda o académico.

Ressaltando que no quadro do Direito Internacional, Moçambique é um país soberano e que se pode relacionar com quem quiser, Alberto Ferreira assinala, contudo, que manter uma tensão diplomática com os EUA pode ser danoso para os interesses moçambicanos.

“Os americanos podem fartar-se de nós e colocar-nos em determinadas listas que a administração americana tem. Lista negra. Lista de países que protegem barões de droga. Temos as dívidas ocultas, que nos fazem merecer o pior rating. So-

mos violadores das resoluções das Nações Unidas. Tudo isso piora a cooperação”, frisa.

Manter relações com Estados Unidos, observa, é mais vantajoso do que com a Coreia do Norte, que pouco pode oferecer.

“Para além de que os Estados Unidos têm aliados potentes que um embargo ao nosso país bastará para colocá-lo de joelho”, acrescentou.

Washington exige expulsão de diplomatas

O jornal britânico sobre assuntos económicos Financial Times (FT) escreve esta semana que os EUA estão a aumentar a pressão sobre os países africanos que têm ligações militares e diplomáticas com a Coreia do Norte, para tentar limitar o financiamento internacional do programa nuclear deste país asiático.

De acordo com o FT, as autoridades norte-americanas querem que os países africanos expulsem os trabalhadores e diplomatas coreanos, alegando que as 13 embaixadas de Pyongyang no continente são, na verdade, “máquinas de fazer dinheiro”.

Washington diz que a Coreia do Norte, que está a tentar desenvolver mísseis nucleares com capacidade para atingir cidades nos Estados Unidos, está a usar a cooperação militar e negócios de armamento com Estados africanos para obter moeda estrangeira.

Os Estados Unidos acusam também vários dos milhares de norte-coreanos a viver em África, incluindo diplomatas, de tráfico de partes de animais selvagens, como cornos de rinocerontes e outras fontes fáceis de moeda estrangeira. Pelas contas norte-americanas, Pyongyang fez pelo menos 100 milhões de dólares através da venda de armas, treino militar, contratos de construção e contrabando.

O valor, disse o chefe do Centro Africano no Conselho Atlântico, em Washington, pode parecer “trociscos”, mas é “bastante significativo para o regime dados os constrangimentos das suas finanças”.

De acordo com o FT, que lembra a existência de uma avenida em Maputo com o nome de Kim Il Sung, o fundador da Coreia do Norte, “vários Estados africanos, incluindo Angola, Moçambique e o Zimbábue, têm mantido ligações próximas com a Coreia do Norte desde a ‘guerra fria’, quando Pyongyang ofereceu apoio material e ideológico aos movimentos de libertação”.

Depois da independência de Moçambique em 1975, Moçambique desenvolveu intensa cooperação com a Coreia do Norte abrangendo os mais variados domínios, incluindo o cultural. O Museu da Revolução de Maputo foi montado com o apoio de técnicos coreanos e os mais variados festivais desportivos, culturais e bandas musicais eram organizados com a participação de técnicos daquele país asiático. No norte de Moçambique, em Cabo Delgado, há dois sistemas de regadio não operacionais que foram construídos por brigadas e trabalho norte-coreanas. Uma parte das estátuas de Samora Machel que decoram as praças em todas as capitais provinciais de Moçambique, foram moldadas na Coreia. Do ponto de vista militar a Coreia do Norte não só manteve instrutores em Moçambique como forneceu equipamento militar.

Segundo fontes no sector de defesa e segurança, com a liberalização económica, muitas áreas no sector funcionam em regime privado, nomeadamente na área logística, onde participam altas patentes militares. Dado que continua a existir um “braço de ferro” entre Moçambique e a Rússia em relação à dívida em equipamento militar, Maputo tem recorrido a empresas privadas formadas a partir do antigo bloco de Leste para dar assistência a equipamentos adquiridos na antiga União Soviética. A cooperação com “empresas comerciais” coreanas pode ter sido efectuada neste quadro, sem necessariamente envolver oficialmente o governo. Isto permitiu desmentidos peremptórios de cooperação por parte do então ministro dos Negócios Estrangeiros, Olde-

miro Baloi e do ministro da Defesa Nacional, Atanásio Mtumuke.

O mesmo se passa com a empresa EMKIP (Empresa Moçambicana Coreana de Investimentos Pesqueiros) formada em associação com a empresa PAR criada por Avelino António Nhantumbo em Outubro de 2009 e a que depois se associaram em Fevereiro de 2013 os sócios João Luís Mongo e Stélio Naftal Dimande e a empresa coreana Korea Oversea Fisheries. A parceria moçambicano-coreana tem dois barcos com tripulações coreanas – o Susan I e o Susan 2 – que se dedicam à pesca da gamba de profundidade. Os dois barcos, segundo testemunhas oculares, chegaram a Moçambique ostentando o pavilhão da Coreia do Norte. Já o Comité das Nações Unidas investigava as violações das sanções contra a Coreia, a EMKIP que tem sede social na Patrice Lumumba, nr. 1153, 1.º andar, flat 4, fez uma alteração no seu pacto social em Dezembro de 2016. O sócio Stélio Dimande cedeu a sua quota, ficando a EMKIP com 70% para a parte coreana, a PAR com 18,75% e João Mongo com 11,25%.

Sanções asfixiantes

De acordo com as resoluções adoptadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, sob iniciativa dos EUA, as sanções obrigam os estados membros a inspeccionar carga proveniente ou destinada à Coreia do Norte que esteja nos seus territórios ou em trânsito, incluindo em aeroportos, águas territoriais, portos e zonas francas.

Ao abrigo da punição, os estados membros devem proibir os seus cidadãos ou estrangeiros presentes no país de alugar navios ou aviões e de ceder a sua tripulação de à Coreia do Norte.

As proibições devem ser igualmente aplicadas a todos os indivíduos ou entidades que ajudam na violação das sanções.

Ao abrigo das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, todos os estados devem proibir os seus cidadãos e estrangeiros presentes nos seus países e outras entidades de registar navios na República Popular Democrática da Coreia e de obter autorização para usar os seus navios.

Por outro lado, está proibido o levantamento de voo, aterragem e sobrevoos nos estados membros, se o aparelho contiver bens para abastecer, vender, transferir ou exportar bens proibidos pelas resoluções atinentes às sanções à Coreia do Norte, excepto em caso de aterragem de emergência.

Ademais, a Coreia do Norte não deve fornecer, vender ou transferir carvão, ferro, ouro, titânio, vanádio e minerais raros.

Os estados membros devem igualmente expulsar todos os diplomatas e representantes do Governo e todos os que actuam em nome deste.

Ano lectivo abre com velhos problemas

Um sistema gerido de forma *ad hoc*

- Esquemas de produção do livro escolar ensombram o sector

Por Raul Senda (textos) e Ilec Vilanculo (fotos)

Sob o lema: “Por uma educação inclusiva, competitiva e de qualidade”, arrancou, oficialmente, em todo o país, na última sexta-feira, 02, o ano lectivo 2018. Contudo, em termos concretos, só nesta segunda-feira, 05, é que os alunos e professores se fizeram às salas de aulas.

Dados do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) indicam que o ano lectivo 2018 vai arrancar com um total de 7.3 milhões de alunos assistidos por 141 mil professores em 13 mil escolas.

Do ponto de vista político, o ano lectivo abre com todas as questões tendentes à salvaguarda da boa qualidade de educação preservadas.

Os gestores do sector da educação ao nível do topo falam da contratação de novos professores para suprir o défice e diminuir o rácio professor/aluno de 59 para 58, construção de novas salas de aulas, alocação do livro escolar de distribuição gratuita, dentro dos prazos, para todos os alunos e disponibilização de novas carteiras. Dados estatísticos fornecidos pelo MINEDH indicam que o governo adquiriu um total de 14 milhões de livros para distribuir aos alunos, contratou 5.013 novos professores, construiu 232 novas escolas para o ensino primário e 30 escolas para o ensino secundário, para além de alocação de 62 mil novas carteiras.

Contudo, a prática mostra um cenário totalmente diferente. Há correntes que continuam a defender que, apesar da educação ser um elemento fundamental no desenvolvimento do país, em Moçambique continua a ser tratada de forma *ad hoc*.

Dados do Southern African Consortium for Monitoring Education Quality (SACMEQ), uma organização regional que congrega os sectores da educação da África Austral e Oriental apontam Moçambique



Francisco Langa



Mais um ano lectivo arrancou, as crianças voltaram às aulas, mas os problemas da educação continuam

como um dos países das duas regiões onde a questão da educação não é encarada com muita seriedade.

Para além da falta de vontade política, a instabilidade do currículo educacional que todos os anos é alterado, a corrupção, o deficiente sistema de formação de professores, a descoerência institucional, a precariedade das condições de trabalho dos professores, os baixos salários, o distanciamento dos pais e encarregados do sistema nacional de educação e a falta de cultura de auto-aprendizagem são apontados como parte das razões que ensombram o sector da educação em Moçambique.

Nesta terça-feira, o **SAVANA** visitou algumas escolas da periferia das cidades de Maputo e Matola e procurou conversar com alguns professores.

Porém, os docentes preferiram exprimir seus sentimentos no anonimato sob risco de sofrer represálias dos superiores hierárquicos.

Ao **SAVANA**, os nossos entrevistados foram unânimes em afirmar que a inconsistência e a volatilidade dos currículos produzidos pelo MINEDH dificultam a planificação do professor, na medida em que o docente, a cada novo ano lectivo, quando chega à sala de aulas, debate-se com novos conteúdos e daí é obrigado a fazer uma assimilação rápida para transmitir aos alunos.

Outra situação que inquieta os docentes é que as mudanças constantes dos conteúdos do ensino atrasam a disponibilização do livro escolar e os alunos iniciam as aulas sem o material didático e, como o professor também não tem conteúdo do que o livro traz, é obrigado a improvisar.

Para os professores ouvidos pelo nosso jornal, esta situação é mais preocupante nas classes iniciais e, por ironia, é onde há mais problemas de inconsistência dos currículos.

Por exemplo, no ano passado, os livros da primeira e segunda classes só chegaram aos alunos no mês de Abril.

O conteúdo dos livros da primeira e segunda classes foi novamente alterado neste ano e, até ao momento, o livro da segunda classe ainda não está disponível nas livrarias assim como na própria Distribuidora Nacional de Material Escolar (DINAME), para as crianças que estão fora do sistema público de educação.

Sublinhe-se que a produção do livro escolar virou um dos mais lucrativos negócios dos grupos da nomenclatura e próximos das elites da Frelimo e que, em algum momento, pesou na queda do então ministro do pelouro, Jorge Ferrão.

Francisco Langa, director da Escola Primária Completa Unidade 8 (bairro de Hulene), disse ao **SAVANA** que o livro escolar já está à disposição da escola. Porém, ainda não foi entregue aos alunos por questões organizacionais.

Langa contou que o livro que foi canalizado ao seu estabelecimento do ensino não é suficiente para todos os alunos, sobretudo da terceira à sétima classe.

Assim, para colmatar a situação, a direcção da escola obriga dois alunos a compartilharem o mesmo manual.

O aluno de ontem e de hoje
Jorge Macandza, 69, é professor reformado. Dedicou 40 anos da sua vida à docência. Disse ao **SAVANA**

que iniciou a carreira de docente na escola anexa da Missão Suíça de Chicumbane, então circunscrição de João Belo, hoje Xai-Xai, na província

Corrupção e falta de políticas estratégicas

José Castiano, docente universitário e especialista em educação, contou ao **SAVANA** que um dos males que enfermam o sector da educação é a corrupção e falta de políticas estratégicas para com o sector.

O académico iniciou a sua exposição traçando o perfil histórico do sistema nacional da educação. Disse que um ano antes da independência, quando a Frelimo preparava-se para assumir o Estado, definiu o sector da educação como uma das áreas que merecia reformas profundas de modo a limpar a imagem colonial e adoptar o sistema nacional de educação do novo Estado.

Estas reformas vieram concretizar-se em 1977, após o III Congresso do movimento libertador e que definiu a ideia de que Moçambique devia seguir a linha socialista. Conta o académico que foi em 1983 que surgiu a primeira grande reforma no sector com a introdução do novo currículo.

Para o académico, foi a partir dessa altura que iniciou o rumo incerto da educação no país, visto que os alicerces para assegurar o sistema da educação no novo Estado não estavam devidamente sólidos e o currículo não foi consistente. José Castiano referiu que o poder político vigente na altura preocupou-se com a construção da unidade nacional através da unificação do sistema educacional, deixando de lado as particularidades históricas, sociais e culturais. Isto é, foram sacrificadas as diferenças em relação ao aspecto unidade nacional. Explicou que o currículo é um conjunto



José Castiano

de conhecimentos que é transmitido às crianças para poder ajudá-las a conhecer o processo de socialização e integração social, cultural e política. Logo, a mudança do currículo deve ter em conta a componente cultural, mas esse aspecto foi ignorado pela Frelimo.

De acordo com académico, a estratégia de formação de professores é outro fracasso. Sublinhou que de 1977 a esta parte tentou-se criar um modelo de formação, mas isso não deu certo. “A formação dos professores é um dos grandes problemas do sistema de educação em Moçambique. Vários estudos especializados mostram que desde essa altura até hoje, mais de 20 sistemas de formação de professores foram aparecendo em Moçambique, desde 6+3, 7+3, 10+2, +10+1, 12+1, 9+2 e estas mudanças foram atrapalhando o sistema. Cada ano, os professores são surpreendidos com novas coisas. Isso é inconcebível”, lamentou.

de Gaza e terminou o percurso com a aposentação em 2009.

Macandza diz que é dos poucos moçambicanos que viveu os três capítulos de educação em Moçambique: educação colonial onde os currículos estavam centrados na ideologia do colonizador, o período após a independência onde a educação estava virada para uma linha socialista e a educação actual cujo enfoque são as dinâmicas da economia do mercado.

Jorge Macandza diz notar uma enorme diferença entre a forma como o governo da Frelimo encarou o sector da educação nos primeiros anos que se seguiram a independência nacional e nos momentos actuais. Para o nosso entrevistado, de 1975/76/77 até ao fim da década, o governo bem como o resto da sociedade encaravam o sector da educação num sentido de pertença, patriótica e todas as esferas estavam envolvidas. Hoje, vigora o sistema de cada qual por si e salve-se quem poder.

Nos últimos anos, estão a ser incutidos no seio da sociedade moçambicana dois tipos de educação. Uma

para ricos, que é aquela que tem mais qualidade e outra para pobres e que tem menos qualidade.

Macandza encara essa discriminação como altamente perigosa e contradiz aquilo que foi o lema do movimento libertador que era de acabar com as desigualdades sociais através da exploração do homem pelo homem.

Conta a fonte que, hoje, as políticas do sector da educação não são definidas de acordo com o interesse nacional, mas segundo os apetites de algumas pessoas aliadas a agendas internacionais.

As mudanças notam-se também da parte dos professores e dos alunos. Diz que quer o professor bem como o aluno não têm interesse nas suas responsabilidades.

Jorge Macandza conta que no período de 1976/7 a 1990, Moçambique tinha uma educação cujo processo de ensino e aprendizagem estava basicamente centrado no professor. Aqui, o docente era distribuidor das competências académicas aos alunos e o aproveitamento pedagógico era bom em todas as vertentes. Nessa



Jorge Macandza

altura, os alunos mostravam grande nível de habilidades linguísticas na leitura, interpretação de textos, contagem e domínio da tabuada.

Sublinha que isto foi motivado por exercícios de cópia de textos, treinamento de caligrafia e ditados.

Conta que nos tempos do partido único havia exercícios de redacção e memorização de tabuada de subtração, adição, multiplicação, divisão e era obrigatório os alunos estudarem e treinarem estas matérias. Também tinham o domínio de aritmética.

“Veja que nessa época, havia pouco material didáctico, não tínhamos

internet, professores com formação média ou superior, as crianças estudavam debaixo das árvores, estávamos no meio duma guerra sangrenta e a pobreza era enorme, mas o desempenho era estimulante”, relatou. Referiu que, hoje, as condições sociais melhoraram, mas os alunos saem da escola menos qualificados. Isto mostra que o problema está nas políticas seguidas pelos gestores do sector da educação.

Traçando o perfil actual do sistema nacional de educação, a nossa fonte referiu que se assiste um revés na educação em Moçambique porque muitas estratégias de ensino e entrega que os professores tinham já não existem.

Conta que é comum no seio do estudante actual o fraco domínio da língua portuguesa, interpretação de conteúdos ou textos, elaboração duma ideia com alguma lógica, criatividade, lições de abecedário ou tabuada. Esta situação parte do ensino primário, passa pelo ensino se-



Muitas escolas não têm livros suficientes para distribuir pelos alunos

cundário e estende-se até ao ensino superior.

“Até certos professores não conhecem abecedário, separam o sujeito do predicado através duma vírgula e até noções básicas de aritmética, mas estão na sala de aulas a leccionar”, sentenciou.

Macandza diz que o MINEDH tem centenas de doutores e especialistas

em educação cuja missão é somente estudar a forma de garantir melhor

qualidade de ensino. Contudo, para a sua frustração, cada vez que olha para os novos currículos, produzidos por esses doutores, nota que há muitas incongruências, descontinuidade, falta de coerência e lógica na estrutura desses programas de ensino.

em educação cuja missão é somente estudar a forma de garantir melhor

As reformas derivam das dinâmicas sociais

Para o porta-voz do MINEDH, Manuel Simbine, as reformas curriculares visam responder às dinâmicas sociais e as mesmas resultam de vários estudos que recomendaram que o elevado número de disciplinas nas classes iniciais era prejudicial para o processo de aprendizagem das crianças.

Assim, na primeira e segunda classes, as reformas visam reduzir o número de disciplinas de cinco para três.

“A partir deste ano, a formação da criança, na primeira e segunda classes, vai concentrar-se nas disciplinas de português, matemática e educação física”, disse. Para Simbine, a redução do número de disciplinas permitirá que o aluno tenha mais tempo para aprender a ler e contar.

Sublinhou que, ainda no âmbito das reformas curriculares, em 2017 iniciou o processo de harmonização do livro do ensino secundário geral onde foi definido que cada disciplina deverá ter um único conteúdo.

No capítulo respeitante à formação de professores, Manuel Simbine referiu que as mudanças constantes dos métodos de formação de professores resultam da necessidade de ajustar os sistemas à realidade prática do país e



Manuel Simbine

acompanhar as transformações.

“As dinâmicas sociais obrigam-nos a encontrar um modelo de formação sem pôr em causa a qualidade. Nos últimos anos estamos apostados no modelo de 10+1 porque achamos que é este que nos vai permitir a reposição de professores e responder à demanda. Estamos cientes de que um ano é um período muito escasso para a formação do professor, contudo é importante ter em conta que a formação não termina na carteira. Durante a leccionação, o professor também está no processo de aprendizagem”, disse. Manuel Simbine disse que o MINEDH tem na manga uma proposta de revisão da lei do sistema nacional de educação e, a partir deste instrumento, será possível introduzir as reformas necessárias.

Realçou que o requisito de ingresso para o curso de professorado será 12ª classe e o período de formação seja de

três anos.

Negou que haja demoras no fornecimento do livro escolar e todas as escolas já têm o livro.

“A experiência do ano passado mostrou-nos que havia necessidade de corrigir algumas coisas e, dessa forma, lutámos para não voltar a acontecer novos erros”, disse.

Simbine referiu ainda que a nova lei do sistema nacional de educação vai estabelecer o paralelismo com o sistema em vigor na região SADC.

Disse que a questão da qualidade preocupa o seu sector, de tal forma que, ano após ano, há um esforço de melhorar a educação. Foi nesse esforço que neste ano o MINEDH disponibilizou cerca de 62 mil novas carteiras, das quais 11 mil foram produzidas na base da madeira aprendida aquando da operação tronco. Sublinhou também que, no quadro da melhoria da qualidade da educação e tendo em conta que o livro da oitava à décima segunda não é do acesso gratuito, o MEDH adquiriu cerca de 600 mil livros que serão distribuídos por bibliotecas de todas as escolas do país, para que os estudantes sem condições de aquisição do livro possam fazer consultas aos estudantes com dificuldades financeiras.

Jacob Zuma por um fio na Presidência?

O gênio da sobrevivência política Jacob Zuma, Presidente sul-africano, parece ter os dias contados na chefia do Estado sul-africano.

Em declarações reproduzidas ao longo desta semana pela comunicação social sul-africana e internacional, Cyril Ramaphosa, presidente do (ANC), Congresso Nacional Africano, partido no poder, disse ter mantido na terça-feira “conversações construtivas” com Jacob Zuma sobre o futuro político do Presidente sul-africano.

“Tem havido muita especulação e ansiedade sobre a posição do Presidente Jacob Zuma, como chefe de Estado e do Governo do nosso país”, afirmou Cyril Ramaphosa.

As discussões directas com Jacob Zuma vão criar as bases para uma resolução rápida do processo de transição, acrescentou, sem, contudo, especificar se o actual chefe de Estado aceitou resignar.

Vários analistas interpretaram as palavras de Cyril Ramaphosa como indicação de que Jacob Zuma estará a condicionar a sua saída a garantias de imunidade face às múltiplas acusações de corrupção de que

tem sido alvo por parte da justiça sul-africana.

Jacob Zuma estará relutante em abandonar a Presidência da República, depois de Cyril Ramaphosa, putativo chefe de Estado sul-africano, ter dito que ninguém estaria acima da lei com ele na Presidência. Por outro lado, vários juristas sul-africanos assinalam que a Constituição da República da África do Sul não prevê a figura do perdão presidencial, o que impede Cyril Ramaphosa de assumir um compromisso sobre um eventual indulto a Jacob Zuma.

Como mais um sinal de que está a aumentar a pressão no seio do ANC para que Jacob Zuma se retire, a presidente da Assembleia Nacional, Balekha Mbeti, anunciou o adiamento da sessão anual constitucionalmente dedicada ao chefe de Estado para se dirigir à nação.

Deputados da oposição sul-africana também têm instado o ANC a afastar Jacob Zuma da Presidência da República, tendo ameaçado provocar o caos, se o actual chefe de Estado fosse ao parlamento discursar.

Por outro lado, o novo presidente do ANC está consciente de que se humilhar e pressionar demasiadamente Jacob Zuma para renunciar

ao cargo, atraía a hostilidade da facção pró-Zuma do Comité Executivo Nacional (NEC), o equivalente, em Moçambique, à comissão política, e, por isso, o órgão mais importante no intervalo entre as conferências nacionais, o mesmo que congressos.

Os comentadores da situação política sul-africana observam que o NEC está dividido e o novo presidente do ANC dispõe de uma

maioria relativa no órgão, não controlando a entidade partidária com uma maioria confortável.

Zuma sempre sorridente

De acordo com o Mail&Guardian (M&G), sabedor da margem de manobra de que ainda goza no ANC, Jacob Zuma apareceu sorridente e jovial com a imprensa na reunião do Governo, na quarta-feira.

Também se apresentou bem-disposto na reunião do Comité Executivo Nacional, realizada na terça-feira.

“Ele está bem-disposto. Ele está a fazer o seu trabalho e o seu trabalho é o de Presidente do país. Isso é o que ele está a fazer. Está sempre a sorrir, ele nunca para de sorrir”, disse ao M&G a ministra para o Desenvolvimento das Pequenas Empresas, Lindiwe Zulu.



Jacob Zuma

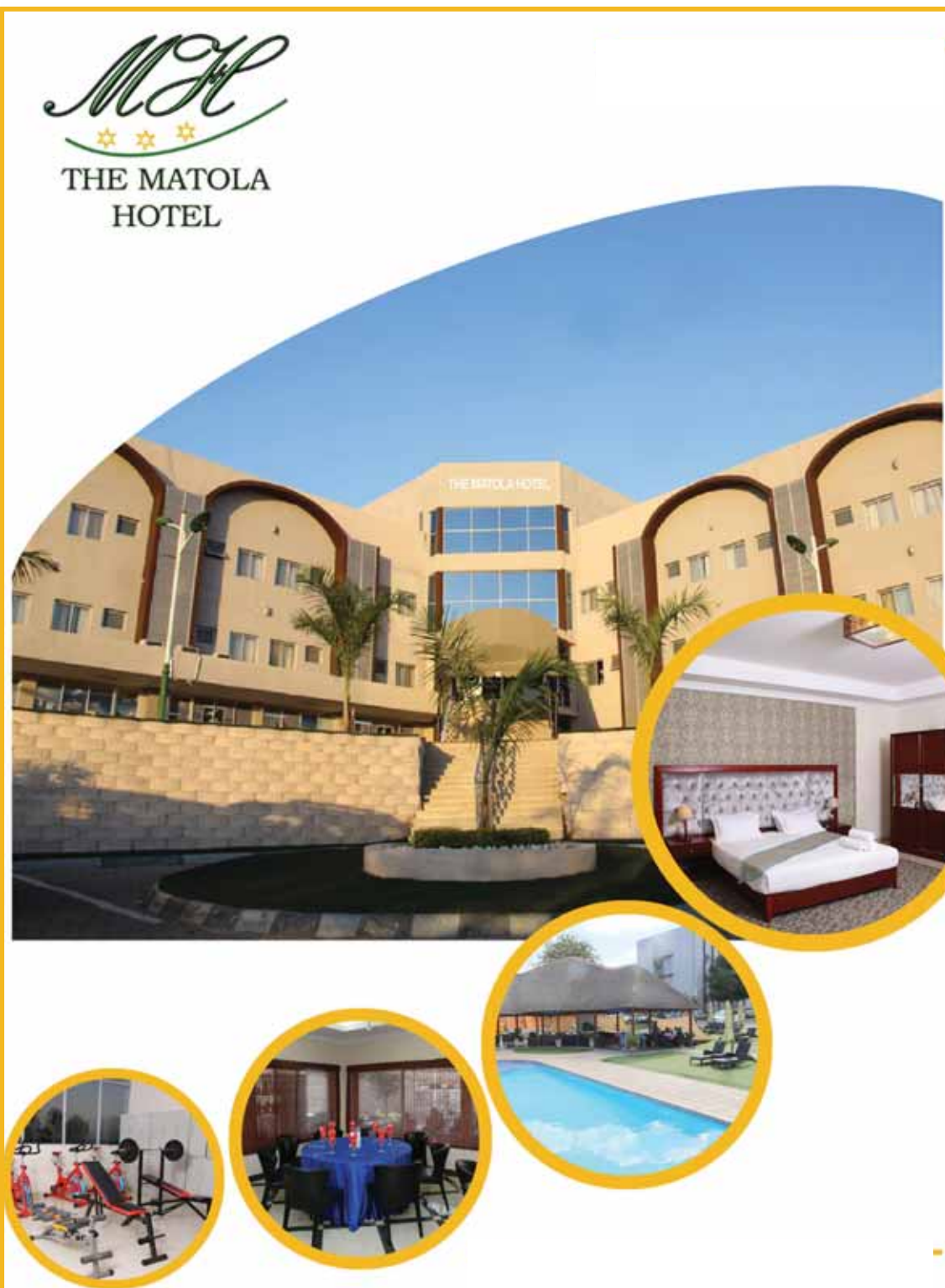
Operação Fizz

Angola informa Portugal sobre posição no processo que envolve Manuel Vicente

Missiva foi igualmente entregue aos embaixadores dos Estados-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

O ministro das Relações Exteriores angolano entregou nesta quarta-feira uma carta ao embaixador de Portugal em Luanda, para o seu homólogo português, Augusto Santos Silva, sobre o processo que envolve o ex-vice-presidente de Angola, Manuel Vicente.

Fonte ligada ao processo avançou à Lusa que a carta tem a ver com a posição de Angola sobre o caso judicial ligado ao ex-vice-presidente angolano, Manuel Vicente, que decorre em Portugal, e foi igualmente entregue aos embaixadores dos Estados-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Questionado por jornalistas à saída de uma audiência no Ministério das Relações Exteriores de Angola, o embaixador de Portugal em Luanda, João Caetano da Silva, não quis prestar declarações.



A solução ideal que seja para férias ou para uma viagem de negócio. O ambiente é extremamente confortável e cuidados até nos mínimos pormenores. Com uma localização privilegiada, é um excelente ponto de partida. O The Matola Hotel fica na avenida principal da Matola, apenas 20km de Maputo. O Hotel tem também uma posição ideal para percorrer a região, visitando as Cascatas da Namaacha, e países vizinhos como Suazilândia e África de Sul. Os espaços comuns são particularmente aprazíveis e repousantes. Sofisticado e acolhedor o The Matola Hotel tem à sua disposição 128 quartos com a decoração e posições variadas, e 5 suítes de alto padrão distribuídas nas seguintes categorias: 4 suítes VIP'S 1 suíte presidencial. O The Matola Hotel oferece também, 8 apartamentos sossegados completamente equipados e decorados de forma a proporcionar o máximo conforto num ambiente elegante e actual

Av. Da Namaacha Km 16 Matola
+258 84 3116 573

info@thematolahotel.co.mz
www.thematolahotel.co.mz

Dhlakama, o treinador de negociadores da paz

Por Ivone Soares*

Afonso Dhlakama é o treinador dos Negociadores da PAZ e conduz, hoje, directamente as negociações dos velhos problemas de Moçambique protegendo e alimentando um ambiente favorável às acções do povo livre e a democracia efectiva.

Dhlakama, líder carismático, com profundo controle do país, desenha os critérios da paz, daí o seu projecto da trégua sem prazo pre-determinado ter sido abraçado por Filipe Nyusi pondo termo ao conflito político-militar que havia em Moçambique. Das conversações entre ambos saiu a decisão de um frente-a-frente. Assim antes do 11º congresso da Frelimo, Nyusi viajou para Sandjunjira para negociar directamente com Dhlakama. Com a aproximação do líder da Frelimo, Filipe Nyusi, no chamado espaço territorial onde se encontra Afonso Dhlakama, finalmente a paz efectiva e o fim total do conflito parece mais próxima.

Estamos todos lembrados que no período pré e pós 1992, o processo de Paz em Moçambique dependeu de vários momentos de negociações sendo que a mais mediatizada e conhecida foi a negociação que colocou termo à guerra pela democracia.

Foi naquela altura que se procedeu à revisão da Constituição sendo que o novo “dispositivo democrático” inspirado no calor das negociações de Roma concedeu aos moçambicanos um leque de direitos constitucionais, mas que infelizmente não são satisfatoriamente respeitados até hoje. Nessas negociações, Afonso Dhlakama confiou o volante a Raul Domingos, então negociador chefe do AGP em sua representação e em representação da Renamo- Resistência Nacional Moçambicana.

O Governo dirigido pela Frelimo havia confiado a Armando Guebuza a condução das negociações. Naquela altura, Dhlakama e Chissano orientaram os seus representantes e quando se justificou interagiram para desbloquear o que estivesse a impedir o desfecho das negociações.

No entanto, nem tudo correu como estava previsto. Volvidos mais de 25 anos houve vários incumprimentos sendo o mais grave o assunto da integração da força residual da Renamo nas Forças de Defesa e Segurança. A par desta situação gravosa todas eleições legislativas e presidenciais foram manchadas por fraudes eleitorais que colocaram a Frelimo e seus candidatos presidenciais no poder.

Também uma consequência política do AGP foram as eleições locais onde a Renamo abdicou por duas vezes, 1998 e 2013 de participar por falta de transparência no processo. A partir das eleições gerais de 2009, as tensões políticas pouco a pouco agigantaram-se de tal forma que o Governo é praticamente obrigado pelo Povo depois de tanta recusa e teimosia a iniciar negociações com a Renamo, com o intuito de discutir a resolução dos velhos problemas da exclusão social, discriminação dos poucos comandos da Renamo que estavam integrados nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) e o futuro da força residual que até agora, 2018, aguarda a sua integração.

Essas novas negociações duraram dois anos e meio. Enquanto as negociações decorriam, o Presidente da Frelimo e da República Armando Guebuza, não reconhecido pela Renamo, sem declarar guerra, Estado de sítio ou de Emergência, retirou militares dos quartéis e iniciou uma perseguição a Afonso Dhlakama com o claríssimo objectivo de eliminá-lo fisicamente.

Apercebendo-se da estratégia de Guebuza, Dhlakama, considerado por muitos estudiosos nacionais e estrangeiros como um dos maiores guerrilheiros do mundo e grande

estratega político-militar, vai-se instalar na Serra da Gorongosa, local que conhece como a palma das suas mãos. Atrai Guebuza para combater, num território que este não domina, não tem simpatizantes e muito menos cumplicidade da população. Assim, com o passar do tempo e o aproximar das eleições gerais de 2014 e com muita insistência popular é assinado o Acordo de Cessação de Hostilidades Militares no dia 5 de Setembro de 2014. Tivemos de novo eleições fraudulentas! Mais uma vez a Frelimo com as suas manobras eleitorais autoproclamou-se vencedora do escrutínio sem que os órgãos eleitorais apresentassem os editais que comprovavam que efectivamente ganhou as eleições. Lembrem-se que até hoje não foram publicados os resultados detalhados das eleições de 2014.

A população das províncias que desde 1994 reiteradamente vota em Dhlakama e na Renamo, enfurecida pede a Dhlakama que anuncie a divisão do país e declare a independência do centro e norte de Moçambique. Sensato e com a postura de Estado que sempre o caracterizou, Dhlakama decide não ir por essa via, recusa os apelos de conduzir manifestações à escala nacional para evitar que, usando

as forças de Defesa e Segurança, a Frelimo mandasse disparar balas de chumbo para matar os manifestantes, como já aconteceu noutras manifestações.

Entretanto, devido a postura arrogante dos sectores mais radicais da Frelimo e das Forças de Defesa e Segurança mais uma vez, Afonso Dhlakama é obrigado a proteger-se dos atentados que quase o vitimaram na serra de Gorongosa. A partir de Gorongosa, vai dirigindo as equipas das negociações e, ele próprio, inicia negociações directas com o actual chefe de Estado, Filipe Nyusi.

Para terminar, uma nota sobre as últimas eleições intercalares de Nampula. O resultado daquele pleito eleitoral teve muita mão negligente do STAE e da CNE, para beneficiar o candidato da Frelimo, como é habitual. Mas como todos nós sabemos, os nampulenses são muito observadores, pois souberam distinguir para além das “lebres”, o corredor de fundo do corredor da velocidade! O facto de o processo ter que avançar para uma segunda volta já diz tudo – “nem sempre o vencedor da primeira volta é o vencedor da segunda volta”.

* *Chefe da Bancada da Renamo à Assembleia da República. Título adaptado pelo jornal*

BCI Universitário

Uma formação superior é essencial para que possas

competir

num mundo cada vez mais exigente.

O BCI apoia a tua formação superior.

Por isso criou o Cartão EU-Estudante Universitário para poderes pagar a matrícula, propinas, comprar material escolar, e ainda poupar nos fantásticos descontos em várias lojas parceiras do BCI.

Abre já uma Conta BCI, solicita o teu Cartão EU, sem custos e podes ir mais longe daqui para um futuro brilhante.

BCI
É daqui.

EDITORIAL

Acordo Nyusi-Dhlakama

Descentralização ou partidocracia?

Sensovelmente três anos depois de se envolver em contactos directos com o líder da Renamo, o Presidente da República anunciou, quarta-feira, o seu primeiro entendimento para eliminar as hostilidades com o maior partido da oposição e alcançar uma paz estável para o país.

No que se convencionou designar como pacote sobre a descentralização, Nyusi elencou os elementos basilares do acordo com a Renamo, que reivindicava inicialmente a governação em seis das dez províncias do país.

O acordo não se traduziu nessa governação, mas estabelece as bases para que governadores provinciais, administradores distritais e também os líderes das autarquias passem a ser eleitos indirectamente, a partir das votações maioritárias nas assembleias dos respectivos escalões. Neste sentido, já no final deste ano, não haverá mais eleições directas para as cinco dezenas de cidades e vilas autarcizadas. Haverá apenas eleições para assembleias municipais que depois indicarão um dos seus membros como edil. Nos distritos, o processo ocorrerá apenas em 2024. Quantos aos governadores, eles serão escolhidos nas eleições gerais de 2019.

Com esta opção, parece comprometida a escolha directa pelos cidadãos dos seus líderes. A excepção é o voto presidencial. São assim as máquinas partidárias a quem cabe a responsabilidade de escolher quem governa. A descentralização, cuja finalidade última é aproximar eleitores e elegidos, aumentar a participação e aprofundar a democracia, parece assim mais caricatural pela opção escolhida em escolher de forma indirecta quem governa.

Os partidos protegem-se assim de fenómenos recentes como Daviz Simango, Amurane e Manuel Araújo, dirigentes com carisma e aura própria que contrariam as lógicas partidárias, nomeadamente a sua disciplina interna.

O quadro descentralizador, que tem de passar pelo parlamento e pela alteração da Constituição, tem ainda outras limitantes que não deixam de ser preocupantes. Os poderes ou a ausência deles para os governadores provinciais, já que para além das áreas de soberania como é a política externa, defesa e manutenção de lei e ordem, eles não têm poderes de decisão sobre recursos económicos, nomeadamente os referentes ao solo e subsolo. Acresce ainda a criação da figura sombria do Secretário de Estado que, em cada província, será o representante do Chefe de Estado. Tendencialmente, será esta a figura a desempenhar um papel chave, sobretudo nas províncias onde a cor política do governador for diversa da do chefe do governo central, podendo reduzir ainda mais os poderes do governador ou ser uma fonte permanente de conflito.

Parece para já de somenos importância qual o partido que retirou os maiores dividendos do exercício de descentralização. Em si própria, a iniciativa pertenceu à Renamo, perante a obstinada oposição inicial da Frelimo. Porém, no fim do dia, e perante o que para já é conhecido, parecem os partidos, grosso modo, os maiores beneficiários do conceito de descentralização que se pretende levar a cabo.

Num país em que a abstenção continua a ser um fenómeno preocupante, o voto abstracto em listas de militantes escolhidos partidariamente é, à partida, uma receita para maior incredulidade e cepticismo do eleitorado. Por outro lado, as lógicas que estiveram na base das actuais decisões podem dar lugar a novos fenómenos políticos, nomeadamente a criação de partidos regionais como resposta ao que pode ser a percepção de maior controlo e centralização na escolha de líderes e políticas localistas.

O objectivo genuíno de se alcançar uma maior participação popular poderá assim traduzir-se no reforço das máquinas partidárias dos partidos tradicionais, nomeadamente dos que estiveram na base do presente acordo.

O que não deixa de ser uma descentralização adiada.

Cartoon



O Papa e a quimera da China

Por João Carlos Barradas*

A expulsão do nuncio papal de Pequim em 1951, dois anos após a tomada do poder por Mao Zedong, marcou a ruptura com o regime comunista e esta reaproximação aparenta, desde logo, reconhecer um direito de veto a Pequim quanto a nomeações episcopais.

“Empresas são estas grandiosas, são necessários peitos fortes armados com todas as virtudes, com arneses e malhas vindas do Ceo.”

Antonio de Gouveia ao Geral da Companhia de Jesus, Padre Mucio Viteleschi. Carta da cidade de Hâm Chei, Novembro 20 de 1637 annos.

O Papa pediu a dois bispos chineses que renunciassem às suas dioceses a favor de clérigos da Igreja Patriótica, patrocinada pelo regime comunista, para viabilizar um acordo com Pequim, mas as cedências de Francisco atormentam e dividem as comunidades católicas da China.

O octogenário Peter Zhuang Jianjian, em Shantou - província de Guangdong, adjacente a Macau -, e Joseph Guo Xijin, em Mindong, na vizinha Fujian, seriam substituídos nas dioceses disputadas por clérigos da Associação Católica Patriótica Chinesa, instituída em 1957 por Mao Zedong. O sacrifício solicitado pelo Papa vai a par do perdão e reconhecimento de sete bispos ordenados à revelia do Vaticano, de acordo com informações oficiais e oficiosas veiculadas por órgãos de informação católicos e media controlados por Pequim.

O compromisso visa regularizar o estatuto dos bispos em cerca de uma centena de dioceses, nas quais aproximadamente apenas três dezenas de clérigos foram ordenados pelo Papa, sendo 17 “clandestinos”, ou seja, sem reconhecimento por parte de Pequim, e os demais simultaneamente conformes à ortodoxia romana e à anuência comunista.

Para o Vaticano contam-se 137 dioceses e prefeituras apostólicas, contra 97 assumidas pela Associação Patriótica, estando por saber como compatibilizar esta divergência ou que tipo de estatuto terá o Conselho dos Bispos, reconhecido por Pequim, para, por exemplo, propor ordenações para cerca de 40 sedes vacantes.

É ainda uma incógnita o que o acordo, em vias de finalização, possa implicar quanto a Taiwan, onde a Santa Sé conta com um “chargé d’affaires” em Taipé, dando continuidade às relações diplomáticas estabelecidas com a República da China em 1942.

A expulsão do nuncio papal de Pequim em 1951, dois anos após a tomada do poder por Mao Zedong, marcou a ruptura com o regime comunista e esta reaproximação aparenta, desde logo, reconhecer um direito de veto a Pequim quanto a nomeações episcopais.

Um proeminente crítico do compromisso, Joseph Zen, bispo emérito de Hong Kong, afirma que o acordo entre o Vaticano e Pequim representa uma traição aos católicos clandestinos e perseguidos da República Popular.

Para os católicos na China - entre 10 a 15 milhões, incluindo os crentes nas Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong (300 mil) e Macau (30 mil) -, o cisma entre uma Igreja Patriótica, submissa ao regime, e uma Igreja Clandestina, orientada por Roma, acentua a perda de vitalidade no confronto com as confissões protestantes em expansão, sobretudo evangélicas e pentecostais, cativando agora entre 60 a 100 milhões de chineses.

Os ganhos destes igrejas protestantes são tão preocupantes para o Vaticano quanto os registados em regiões fortemente marcadas pelo catolicismo como a América Central, do Sul e Caraíbas onde a percentagem de católicos caiu abaixo dos 70%.

Na China, historicamente marcada pelo confucionismo, budismo e taoísmo, o cristianismo é irremediavelmente minoritário e, apesar de não representar um foco de resistência identitária contra a hegemonia han/chinesa como o budismo tibetano ou o islamismo sunita no Xinjiang, o regime comunista limita rigorosamente a liberdade das igrejas.

Formalmente, os membros do Partido Comunista devem perfilar o ateísmo, todas as religiões estão obrigadas a respeitar e guiar-se pelos valores essenciais do socialismo e a não prejudicar “os interesses do Estado e da sociedade”

No vazio ideológico de facto do “socialismo com características chinesas” proliferam, no entanto, desde os anos 80 fervores religiosos alheios às directivas do partido de Xi Jinping.

A igreja de Jorge Bergoglio terá, pois, de se conformar à anarquia espiritual e aos rigores temporais que se fazem sentir na China para que o acordo na calha permita ganhar algum espaço de proselitismo.

Muito tempo passou desde que António de Gouveia entregou a alma ao seu deus em 1677, em Fuzhou, cidade capital de Fujian, após quatro décadas de missão na China.

A sina e os dilemas que atormentam os católicos chineses não seriam, contudo, estranhos ao jesuíta que pregou na convulsão da conquista manchú que levou à derrocada da dinastia Ming em 1644 quando D. João IV tentava firmar a restauração da independência de Portugal.

Foi tempo de “sangue, ferro, fogo. Tudo calamidades, ruínas e mortes”, mas entre “ateos uns, outros pagodentos” sempre alguém guardou a fé que chegara de longe, escreveria Gouveia noutra carta anual, em Janeiro de 1649, e dizia o jesuíta acreditar que sempre assim seria.

*jornaldenegocios.pt

SAVANA

INDEPENDÊNCIA ★ INTEGRIDADE

Registado sob número 007/RRA/DNI/93
NUIIT: 400109001

Maputo-República de Moçambique

Propriedade da

mediacoop SA

KOK NAM
Director Emérito

Conselho de Administração:
Fernando B. de Lima (presidente)
e Naíta Ussene

Direcção, Redacção e Administração:
AV. Amílcar Cabral nr.1049 cp 73

Telefones:
(+258)21301737,823171100,
843171100

Editor:
Fernando Gonçalves
editorsav@mediacoop.co.mz

Editor Executivo:
Francisco Carmona
(franciscocarmona@mediacoop.co.mz)

Redacção:
Raúl Senda, Abdul Sulemane, Argunaldo
Nhampossa, Armando Nhamumbo e
Abílio Maolela

Fotografia:
Naíta Ussene (editor)
e Ilec Vilanculos

Colaboradores Permanentes:
Fernando Manuel, Fernando Lima,
António Cabrita, Carlos Serra,

Ivone Soares, Luis Guevane, João
Mosca, Paulo Mubalo (Desporto).

Colaboradores:
André Catueira (Manica)
Aunício Silva (Nampula)
Eugénio Arão (Inhambane)
António Munaita (Zambézia)

Maquetização:
Auscêncio Machavane e
Hermenegildo Timana.

Revisão
Gervásio Nhalicale

Publicidade
Benvinda Tamele (82 3171100)
(benvinda.tamele@mediacoop.co.mz)

Distribuição:
Miguel Bila

(824576190 / 840135281)
(miguel.bila@mediacoop.co.mz)
(incluindo via e-mail e PDF)

Fax: +258 21302402 (Redacção)
82 3051790 (Publicidade/Directo)

Delegação da Beira
Prédio Aruanga, nº 32 - 1º andar, A
Telefone: (+258) 825 847050821
savana@mediacoop.co.mz
Redacção
adm@mediacoop.co.mz
Administração
www.savana.co.mz

Sobre os prémios literários e a sua controvérsia

Por António Cabrita

Há possibilidade dos prémios literários em Moçambique não emanarem como miasmas de um território promíscuo? Na forma como o actual sistema está montado às vezes *o que parece* ganha figura, mesmo quando assim não foi. Há conveniência em mudar? Com certeza.

Vêm-me estas reflexões a propósito do Prémio BCI 2017, anunciado na semana passada e atribuído a João Paulo Borges Coelho e ao seu romance, **Ponta Gea**; atribuição que levantou no **fb** um leve tumulto.

Primeira consideração, o Prémio deste ano é justíssimo. **Ponta Gea** é o melhor romance moçambicano do ano transacto. Seria igualmente justo se o Prémio tivesse sido atribuído a Luís Carlos Patraquim, que publicou três livros o ano passado, e sobretudo o magnífico **Deus Restante**. Pendeu para a prosa, nada a dizer.

Qual é o foco da controvérsia que aflorou? Um pouco escusado, na verdade, eis o núcleo da controvérsia: o Presidente do Júri é o actual representante da editora do livro premiado.

É promíscuo? É. É a situação ideal? De todo. Porém, Maputo é uma aldeia e a *picolla* massa dos escritores e dos intelectuais capazes de fazerem parte de um jurado literário confundem-se, além de que a cultura dominante é a do compadrio. Até se entende, por protecção mútua num mercado exíguo. Ponhamos as coisas em letras garrafais para que se compreenda: MOÇAMBIQUE NÃO TEM MERCADO.

Nestas circunstâncias como se podem proteger os escritores: ou visando o mercado externo, a que naturalmente só acedem os melhores, ou criando um sistema não-declarado de redistribuição mútua e que tem como cerne os prémios. É um sistema viciado? Propende a isso, mas pode ser o menos mau que existe, corrigidos alguns procedimentos.

Para que o leitor entenda o que está em jogo é preciso fazer uma pequena digressão pela economia do livro. Um livro só se paga se vende entre 550 e 700 exemplares. Só assim consegue cobrir todos os custos directos e indirectos. Directos: o direito de autor, a tradução, caso a haja, o trabalho do gráfico e a tipografia. Indirectos: o trabalho dos elementos da editora mais o *marketing*. Acontece que nenhum livro em Moçambique vende mais de 200 exemplares por ano, e por isso à cabeça os livros estão sempre em descompensação. Por isso, ou o livro é apoiado, ou o prejuízo está garantido. Quem sofre no meio deste nó da serpente? O autor.

Como se chegou a este descalabro? Algumas primeiras respostas: a) a

sociedade moçambicana ainda é predominantemente oral e não se faz qualquer trabalho para a formação de leitores – e os exemplos não vêm de cima: quando se faz reportagem nas revistas cor-de-rosa sobre as casas dos líderes o que é que encontramos? Bibelots, os livros são raríssimos; b) só há seis livrarias abertas no país, todas na capital (vocês estão a visualizar isto?); c) não existe uma rede de distribuição de bens culturais no país desde a guerra civil, logo, nada chega desde a ilha-Maputo a algum lugar e vice-versa – outra monstruosidade que ninguém discute; d) não há um plano nacional de leitura – que dizer?; e) metade dos escritores não lêem e são-no(?) em busca da ilusão da notoriedade que isso traga(mal que, diga-se, é estrutural e se estende ao planeta), daí que as questões escalonadas em cima não os motivem, f) por último, neste primeiro e sucinto balanço, em resultado de uma situação mais vasta e sintetizada nesta comparação gritante: em 1890, os matutinos de Paris, Londres e Nova Iorque vendiam 90 000 exemplares por dia, em Moçambique o jornal mais lido e distribuído por quase todo o território é o Notícias, que não ultrapassa a fasquia de 20 000 exemplares para 23 000 000 de habitantes.

Consequentemente, há graves problemas no sector livreiro? É inevitável. Há uma indústria do livro em Moçambique? Não.

Ora, entretanto, pelas maravilhas que lê e as coisas que lhe contam, pensa o jovem literato moçambicano que ser escritor é uma coisa nobre – e pode sê-lo (como pode ser aviltante, depende do que faz ou como se é usado ou não para o cumprimento dessa aspiração) – e com passos de maria-café adianta-se à frente pois quem imagina não pode admitir não se tornar naquilo que deseja.

Vem a realidade e fá-lo embater no muro. É uma das cruéis lições da realidade é esta: encostam-se àquele muro que por assombramento e prodígio se transformou num charco de água de metro e meio de altura por cinco metros de extensão dez crocodilos. Tem de estar tudo muito bem oleado para à vez cada um deles molhar uma pata, uma garra, para que cada centímetro de queratina se sinta demolido, estabelecendo-se aí a unção e umas tréguas acordadas. O jovem crocodilo que se aproxima pode acabar em sapato. Como pode igualmente ser bem acolhido nesta casa de pobres... depende, há protocolos. Aliás, presentes em todos os lugares... há sempre protocolos.

Os prémios têm sido uma forma institucionalizada para a redistribuição de benesses e títulos, num

país sem leitores, sem uma imprensa que se dedique à cultura, sem críticos e sempre e sempre “sob vigilância” política.

O que evidentemente pode modular-se num excessivo espírito corporativista, com grupos e pertenças, hierarquias e submissões, e onde o hábito é o de contar espingardas. Factor que ocasionalmente tende à perversão de premiar lealdades, ao invés de se premiar méritos – enfim, a gordura da matéria humana. Porém, se tudo isto acontece o contrário também ocorre, porque há naturalmente pela metade a intenção de dignificar a literatura e de fazer o bem comum, apesar da permanente crise em que se vive e das tentações que campeiam.

Daí que possa acontecer e justamente coincidir o prémio e o melhor livro, como no caso deste BCI2017 (e noutros anos).

Embora se me avivem na memória alguns casos pontualmente suspeitosos e um inesperado tenha vindo agora à liça, para surpresa minha.

Veja-se o Prémio atribuído ao Eduardo White pelo seu pior livro de sempre e por uma peça de teatro que dramaturgicamente inexistente. O White merecia um prémio? De certa maneira, por vários outros livros que injustamente não foram premiados. Ficou entretanto a nódoa escusada. Foi “muito forçado” aquele prémio.

Sobre a bondade do prémio do ano passado, atribuído a Suleiman Cassamo – definitivamente um grande escritor –, fica a triste suspeita avançada por um dos novéis poetas e que convive diariamente com os que costumam estar nos júris e lavrada a semana passada no **fb**, no cerne do tumulto. Espantosamente lia-se: «*Heheheh, Suleimane Cassamo venceu sem o júri ler a obra, que ganhou o SONANGOL, na terra dos Kambas, um livro que n existe no solo pátrio, acho que costumam ler por telepatia, amigos chegará a nossa vez, quando formos de malta 50 anos, seremos os justos vencedores*».

Acho isto uma enormidade, só pode ter sido levanamente que o jovem lançou esta *boutade* para a praça pública, imbuído dessa consciência de que se faz uso no **fb**. Mas foi apenas a atordoada de um *dandy* – ele que costuma estar *por dentro*? O triste é que dado o sistema instalado é verosímil, mesmo que seja falso. E o jovem, parece-me, foi de uma deslealdade em 360º graus, e sobretudo infiel a Suleiman – que não merecia – e ao respeito que devia a si mesmo. Por que, se eu me integro em tal estado de coisas quem sou eu, afinal? O seu triste descuido pode ser lido como um sintoma.

Merecia um prémio Suleiman Cassamo? De certa maneira e

quase sempre absolutamente, mas não da forma insinuada. A ter acontecido assim, ele será o primeiro a não ter culpa e a desconhecer – refira-se.

Aliás tanto João Paulo como Suleiman são dois autores arredios, que trabalham solitariamente e insusceptíveis de alinharem em grupinhos e esquemas. Daí a traição cometida pela “suposta inconfidência” do jovem autor a Suleiman e o desacerto do que era pedido ao JPBC no **fb**: que, depois do acto “ultrajante” desenhado pelas condições em que o prémio foi atribuído, ele “renunciasse ao prémio”, dignificando-se com isso.

Esclareça-se, o que parecerá paradoxal mas é verdade, que o autor do encarniçado ataque aos processos que levaram ao Prémio deste ano tem a maior e sincera admiração pelo Borges Coelho (é mesmo para ele o escritor moçambicano favorito) e só por um excesso de zelo pelos princípios caiu no “moralismo”, esquecendo três coisas irrefutáveis: a) a não ser por uma imoderada proximidade, o que não é de todo o caso deste ano, os autores desconhecem absolutamente o que se passa nos bastidores dos prémios, b) há um labor operário que tem de ser recompensado, num país em que nenhum escritor é rico e poucos são os ecos dos seus direitos, c) que definitivamente **Ponta Gea** é o melhor livro do ano, apesar da sombra e do pecadilho da promiscuidade.

Seria justo, entretanto, ser o Borges Coelho pagar por um pecado que não lhe é imputável? O que o jovem autor da impugnação devia ter feito, para ser consequente, era ter pedido que semelhantemente

todos os anteriores premiados renunciassem ao Prémio, posto que a hipótese do vício vem de longe. Deste modo, afigura-se o seu gesto, contra a sua própria intenção, um acto de má-fé.

O problema da sua manifestação foi, sobretudo, o equívoco da sua forma e o seu equivocado palco. Porque não um artigo em vez dessa feira incontável que é o **fb**? O que deu lugar a que fossem levantados, por vozes avulsas, precipitados juízos sobre o carácter do escritor premiado quando ele devia ser o primeiro a ser preservado da polémica. A pertinência de se abrir um debate sobre a questão da promiscuidade e como evitar isso não deveria de todo salpicar o carácter de quem é absolutamente insuspeito.

É insofismável que foi sem querer, mas há ruídos na comunicação a que não podemos dar azo.

De qualquer dos modos, seria sensato que o BCI adoptasse em relação ao prémio e ao seu júri uma postura mais profissionalizante e avessa a controvérsias. O Banco pode convidar gente de fora para passar uma semana em Maputo a fazer uma avaliação imparcial das candidaturas a concurso, três personalidades equidistantes e ininfluenciáveis, e que, por exemplo, como paga de virem a Moçambique estariam disponíveis para darem uma pequena formação.

É uma sugestão. Outra sugestão: convidem-se personalidades e intelectuais moçambicanos de outras áreas mas que sejam leitores e alguém académico e da área, de fora, para presidir.

O que é inútil é esta controvérsia em torno de coisas que se podem corrigir.



Email: carlosserra_maputo@yahoo.com

Portal: <http://oficinadesociologia.blogspot.com>

566

Generalização por informação incompleta

Uma pedra caiu do terraço de um prédio da Av.ª Eduardo Mondlane na cidade de Maputo? De imediato surgem jornais com títulos do género “Estão a cair pedras dos prédios da Av.ª Eduardo Mondlane” ou “Caem pedras dos prédios de Maputo”. Eis uma falácia de generalização por informação incompleta.

Uma segunda falácia consiste em recusar alternativas. Na verdade, a generalização é um dos mais fascinantes campos da cognição humana, o que po-

demos verificar facilmente nas nossas conversas e na imprensa. A partir de alguns traços, de alguns atributos, de algumas características de alguns indivíduos de um determinado grupo, criamos totalidades, unidades identitárias, sem que tivéssemos podido verificar se todos os indivíduos do grupo possuem esses traços, esses atributos ou essas características. Por outras palavras, extraímos conclusões de dados insuficientes.

A generalização abusiva pode assumir várias formas.



João Gala-gala

Fechou a porta atrás de si, fez luz na sala e ficou-se um longo momento a contemplar o que nela restava do seu antigo recheio: meia dúzia de bancos, uma mesa à volta da qual se encontravam quatro das suas antigas seis cadeiras; ao fundo, o armário raso de uma peça única, comprido, amplo, imenso, com quatro gavetas alinhadas na horizontal, umas ao lado das outras, e três almofadões de sumaúma aconchegados em sacos de capulana, que, notava-se, tinham sido de cores garridas em tempos. As paredes eram nuas, tirando uma da qual pendia um cordão de bronze com o seu medalhão encrustado de missangas verdes, azuis e amarelas. Tudo em madeira de pinho banhada de verniz, a que milhares de tardes de sol tinham dado a cor amarelo-torrada de ouro velho e tornado estaladiça. Por cima do armário, a relíquia: um rádio giradiscos com leitor de cassetes. De um lado, uma pilha aparentemente disforme de cassetes, de discos *single* e *long play* de vinil, e, do outro, uma outra pilha de almanaques de banda desenhada.

João Gala-gala olhou para tudo aquilo e chegou à única conclusão a que era possível chegar: só lhe restava ser feliz. Era domingo, 8h da noite, e estava a regressar de dois dias de errância pela cidade, batendo as capelinhas de antigas amigas, onde quase invariavelmente era recebido com mal disfarçado azedume e desconforto. Estava mais esfomeado que um lobo velho

escorraçado da alcateia. Lembrou-se então de se refugiar na sua infância e adolescência, para se recordar de que, naquela época, o seu pai cumpria todos os meses o mesmo ritual: na última sexta-feira de cada mês, ia liquidar todas as contas do rancho na cantina do Saraiva, madeirense, e depois de contrair novo crédito e despachar a mulher e a filha mais velha com o rancho do mês seguinte para casa, metia-se nos fundos do quintal, onde, com os seus compinchas, se entregava alegremente ao consumo de um garrafão de cinco litros de vinho tinto. De regresso a casa, alegre, bem-disposto, o velho Belarmino Semblano entoava sempre e sempre a mesma canção, cujo estribilho era: «*Sopas de vinho não embebedam. / Se não há vento nem chuva / e elas não escorregam / quem diabo é que as empurra?*»

Naquela noite, João Gala-gala, acicatado pela fome, decidiu experimentar a receita. Tinha os ingredientes necessários, que, aliás, nem eram muitos. De facto, numa das casas que tinha visitado, e como forma de encurtar o seu tempo de estada, o casal tinha-lhe oferecido um pacote de vinho tinto, dizendo – «Vais beber em casa, John.» Ele trazia o pacote de vinho na sacola. Pô-lo em cima da mesa, foi à cozinha, onde sabia ter deixado um pão na manhã de sexta-feira, ao sair (era um pão já ressequido, mas isso não lhe fazia muita diferença), voltou com o pão para a sala, com uma tigela larga e funda, e uma colher. Entornou metade do conteúdo do

pacote na tigela e dividiu o pão em vários pedaços, que mergulhou na tigela. O pão, sedento e por osmose, chupou do líquido, que se tornou rapidamente num ensopado espesso, espesso demais, até. João Gala-gala meteu-lhe, então, mais uma medida de vinho, e ficou mais apetecível.

A primeira colherada desta sopa de vinho soube-lhe a resoquina, mas, depois da terceira, entrou em estado de graça e lembrou-se, muito naturalmente, dos tempos em que a sua vida de artista lhe valeu a alcunha de “gala-gala”. Alto, esguio e maleável como uma dançarina de zorre, o seu aspecto no palco, de facto, lembrava em muito o colorido *multi* de uma gala-gala. De pele escura, de ébano, lábios a puxar para o vermelho, dentes brancos, olhos a puxar para o verde e uma língua mais vermelha ainda, o conjunto de cores que apresentava em cima do palco era deveras de criar fissuras na imaginação. O tipo de repertório a que João Gala-gala se dedicava ajudava a criar esta imagem. Era o que de mais frenético há no repertório de Wilson Pickett, Otis Redding e James Brown, o que o obrigava a estar constantemente de boca demasiadamente aberta, mostrando um conjunto de cores que se aliavam ao resto do corpo, invariavelmente trajado de verde ou vermelho. Foram tempos de glória, dos quais apenas restavam recordações, porque – fosse por credulidade, fosse por falta de preocupação com o que pudesse vir a ser o seu futuro – João Gala-gala nunca

se preocupou, nessa época, em programar o que seria a sua vida depois de sair dos palcos. De mais a mais, a imagem que transmitia em cima do palco era totalmente contrária ao seu carácter no quotidiano. No palco ele transfigurava-se, e era por isso que atraía as paixões e atiçava os comentários mais diversos daqueles que acorriam aos seus espectáculos. Mas, fora disso, era a própria timidez em pessoa.

Agora, a caminho dos 70, João Gala-gala era um marco de memória apenas daquilo que tinha sido, mas encarava isso sem mágoa, porque, para se consolar, lembrava-se de ter lido uma ou duas vezes, num dos álbuns do Hugo Pratt, uma frase-sentença do Corto Maltese, a saber: “O poder só existe enquanto se pode exercer”. Com um pequeno ajuste de termos, esta sentença pode-se aplicar também ao sucesso. Poderia ter sido diferente, se não tivesse confiado tanto naquilo que, naqueles tempos, se teria intitulado o seu empresário, e que acabou por burlá-lo de forma indecente. Mas nem isso o deixava magoado.

Meteu os 3 últimos pedaços de pão na boca, bebeu o resto do vinho directamente da tigela e disse, para si próprio – «Sopas de vinho não embebedam.» E fechou os olhos. Quando se levantou, a caminho do quarto, ainda cantarolou o último estribilho daquela canção do cancionero do antigo português, lembrando-se, para seu bem, da memória do seu pai Belarmino Semblano: «*Tem juizinho nos passos que dás. / Sopas de vinho não embebedam, / mas elas escorregam.*»

SACO AZUL

Por Luís Guevane

Sobre a Revisão Pontual da Constituição



O que parecia impossível, impensável e intragável começou a ocupar um maior campo de possibilidades. Nesse sentido, a necessidade de revisão pontual da Constituição da República (CR) deixou de ser uma miragem. É positivo. É reconfortante saber que será submetido à Assembleia da República (AR) um documento com as devidas alterações pontuais. A aprovação do conteúdo do referido documento pela AR será, em simultâneo, a aceitação dos consensos atingidos pelo Presidente da República (PR) e da Frelimo e pelo Presidente da Renamo, Líder da oposição.

Um dos aspectos pontuais e de muito interesse tem a ver com o sistema eleitoral e, por esta via, com a eleição dos governadores provinciais. Os membros eleitos para as Assembleias Provinciais,

do partido político, coligação de partidos políticos ou grupo de cidadãos eleitores, que obtiver maioria de votos, indicam alguém que depois será nomeado pelo PR. Nos distritos e autarquias a indicação do nome vai até ao ministro de tutela e este é quem nomeia. Num e noutro escalão o procedimento é similar mudando a figura de quem nomeia. Interessante é o facto de o Governador Provincial poder ser demitido pela Assembleia Provincial, órgão que o indicou e sobre o qual ele presta contas, caso crie motivos para tal. Quem nomeia também pode “desmontar”. O facto de os nomes serem indicados para nomeação já é em si uma vantagem e retira campo de manobra aos que defendem que as figuras a serem nomeadas sejam “filhos da terra” no sentido da naturalidade. Defendemos que sejam “filhos da terra” no sentido da moçambicanidade o que pode ou não coincidir

com a naturalidade. E aqui é preciso aceitar o desafio que se impõe ao suposto “moçambicano de gema” uma vez que a nacionalidade adquirida não se auto-mutila diante da democracia, não está para ser serenada pela democracia. Sendo moçambicano, o cidadão pode eleger e ser eleito. Quanto à figura de Secretário de Estado a nível provincial, considerada novidade, parece-nos ser simplesmente uma returbinação da figura do secretário permanente provincial; uma espécie de “olhos e ouvidos” do PR. A única diferença é que, provavelmente, o Secretário de Estado terá maior legitimidade por emergir de um consenso, diferentemente do secretário permanente provincial. Esperamos que o Secretário de Estado, uma vez que é nomeado pelo PR, ao procurar “assegurar a realização das funções exclusivas e de soberania do Estado”, não entre em rota de

colisão com o Governador Provincial. Cá entre nós: acreditamos que desta vez não haverá produção de discussões internas com vista a criar obstruções em nome da exaltação ou defesa de alguma suposta linha dura. Esses “duros” que fiquem a barafustar com os seus próprios umbigos porque o país tem necessidade de avançar. Por isso, os documentos devem ser tramitados dentro dos prazos previstos pela lei, não devem estar inquinados de vícios de inconstitucionalidade. Lembrem-nos que estes foram alguns dos motivos que forçaram, em 2015, a rejeição do Projecto de Lei de Revisão Pontual da Constituição da República. Mas, o ambiente político era outro, era muito tenso. Que esta revisão da Constituição seja uma realidade, assim esperamos.

Envie uma ajuda para mais de 500.000 agentes locais* em todo o mundo!

E as pessoas que mais ama poderão levantar a sua transferência em dinheiro.

Saiba mais junto do seu agente local mais próximo.

ISTO É



SM

WESTERN UNION **WU**

moving money for better

MOBILE | ONLINE | AO VIRAR DA ESQUINA

Assembleia Geral da Liga Moçambicana de Futebol

Multas e participação dos clubes dividem opiniões

Por Paulo Mubalo

Claramente, terá sido uma das assembleias gerais mais renhidas e quicá produtiva durante o curto reinado de Ananias Coana, à frente dos destinos da Liga Moçambicana de Futebol, a julgar pelas intervenções dos representantes dos 16 clubes que participaram do evento e as respostas dadas.

Questões como o agravamento das multas a aplicar aos que infringirem as normas estabelecidas, a bola oficial a ser usada, as transmissões televisivas e a comparticipação dos clubes nalgumas despesas dominaram o encontro.

No entender da Liga Moçambicana de Futebol, os clubes devem comparticipar nas despesas, até porque este organismo faz uma verdadeira reengenharia institucional para que o Moçambola não pare, uma vez que muitos dos patrocinadores também estão a enfrentar dificuldades.

Aliás, não fosse a correcta utilização de fundos da actual direcção da liga, como foi vincado na gala de premiação aos melhores do ano passado, alguns patrocinadores de peso, como o Standard Bank, teriam se eximido das suas responsabilidades de apoiar a competição. Com efeito, no ano passado, o PCA do Standard Bank, Tomás Salomão, chegou a equacionar a possibilidade de a continuação, da instituição que dirige, de deixar de apoiar o Moçambola, depois que alguns clubes e numa atitude de condenável e de infantilidade já mais vista, terem boicotado a realização da assembleia-geral da LMF. Relativamente à bola oficial do Moçambola, a Liga remeteu o assunto à responsabilidade dos clubes.

No tocante às multas, os clubes mostraram-se cépticos com a medida de agravamento, uma vez que dependendo da infracção, elas podem chegar aos 500 mil meticais, claramente uma medida entendida como sendo para desencorajar atitudes de indisciplina e corrupção. Trata-se de um documento com quatro capítulos e cerca de 200 páginas.

A LMF fez saber aos clubes que o regulamento que vai entrar em vigor é da Federação Moçambicana de Futebol, instituição que superintende o futebol no país e que já deveria ter entrado em vigor, mas este organismo foi o protelando como forma de dar tempo aos clubes para se organizarem.

Mais preocupações

Outras preocupações dos clubes tinham a ver com as transmissões televisivas e, neste capítulo, a liga explicou que atribuiu os direitos de transmissão de Moçambola à Zap, sendo que esta, por sua vez, é que terá entrado em acordo com a TVM para que esta possa transmitir alguns jogos.



Ananias Coana, presidente da LMF

Foi, de facto, uma sexta-feira de muito trabalho para a liga, uma vez que tinha de esclarecer todas as preocupações apresentadas pelos clubes, incluindo a questão da arbitragem, da hospedagem e dos transportes.

Em termos de premiação dos que mais se destacaram o ano passado, o Ferrovário de Nampula recebeu 50 mil meticais por ter sido a equipa fair play; o árbitro Filimão Correia, o melhor da época, recebeu também 50 mil meticais. Vitor Timana, guarda-redes do Ferrovário de Nacala e que menos golos sofreu, recebeu 100 mil meticais. O melhor marcador da prova, Teliho, recebeu 100 mil meticais, o vice-campeão nacional, o Costa do Sol, recebeu 150 mil meticais e o campeão nacional, a União Desportiva de Songo, recebeu 600 mil meticais.

“Não foi mero exercício” - Ananias Coana

Intervindo, após a realização da Assembleia geral, Ananias Coana começou por explicar que o Moçambola enriquece o nosso quotidiano sócio-cultural, para além de reforçar a unidade dos moçambicanos, sendo que, semanalmente, são mais de 700 agentes desportivos, entre atletas e treinadores, que directamente emprestam o seu saber. Apelou para a necessidade da observância das regras estabelecidas, sobretudo o fair play.

Ajuntou que a LMF tem enfrentado dificuldades financeiras como resultado da situação económica do país, sobretudo das empresas patrocinadoras do Moçambola.

“Quero agradecer e elogiar a qualidade das questões que foram levantadas nesta assembleia, não foi

um mero exercício de aprovação de documentos, mas houve discussões aceras, como é o caso da questão das transmissões televisivas”, afirmou

Coana afirmou, ainda, que a sua direcção teve todo o cuidado de explicar, de forma detalhada, o que estava previsto no caderno de encargos, para que os associados tivessem essa informação.

“Nós atribuímos os direitos à Zap para a transmissão de jogos e a Zap entrou em acordo com TVM”.

Em relação à bola a usar, “de facto, do ano passado para cá nós deixamos este assunto ao critério dos próprios clubes e já foi decidido qual vai ser a bola e nós vamos acatar as recomendações que foram feitas, e daremos as especificações técnicas para que cada clube possa adquirir onde, se calhar, melhor opção possa ter”.

Sabe-se que, relativamente ao licenciamento de clubes, este é da responsabilidade da Federação Moçambicana de Futebol, sendo que há uma comissão criada dentro deste organismo que vai fazer o encaminhamento da proposta dos clubes. Estes defendem que o licenciamento deve passar a ter a validade de cinco anos.

Sabe-se que o Moçambola-2018 vai arrancar a 24 de Fevereiro, para no dia seguinte, 25, terminar o torneio *top 8*.

Sobre o assunto, Coana diz que a liga vai sentar com a própria associação, mas “devo dizer que antes desta prova, informei os dirigentes da associação a proposta do arranque do nosso campeonato”.

“Hoje temos a informação de que a final do top 8 está marcada para o dia 25, mas penso que vamos encontrar uma saída, para que não haja choque com o nosso calendário”.

Sobre o agravamento das multas, a fonte explicou que o regulamento é ajustado, e elas (multas) vêm no regulamento da FMF e foram aprovadas já há alguns anos.

“Nós, simplesmente, achamos que chegou o momento de fazermos a aplicação destas à nossa prova”.

Sobre a Taça da liga, a fonte esclareceu que o organismo que dirige está a trabalhar no assunto, ainda que seja prematuro avançar mais elementos.

“Estamos a trabalhar, como pode ver no nosso calendário das competições não está lá e, no ano passado não, conseguimos realizar. Então, teremos de reajustar o calendário se efectivamente a Taça da Liga vier a acontecer nesta época. Neste momento ainda não temos resposta nem negativa nem positiva”.

120 milhões de meticais

Noutro desenvolvimento, o presidente da LMF explicou que o Moçambola é avaliado em cerca de 120 milhões de meticais, contudo, reportando aquilo que são as dívidas dos anos anteriores, o mesmo pode

ser avaliado em aproximadamente 180 milhões de meticais.

Neste momento, a Liga não dispõe desse dinheiro na totalidade, pois tem, ainda, um défice para cobrir aquilo que vai ser o orçamento total para se realizar o campeonato nacional, avaliado acima de 50 por cento.

Posição do Governo

“O desporto é um meio aglutinador de massas por excelência, contribui para o desenvolvimento social, faz gerar emprego e cria negócio”, palavras de Ana Flávia Azinheira, vice-ministra da Juventude e Desportos.

Azinheira explicou que a gala do Moçambola foi antecedida por uma reunião magna, a qual foi um espaço de convívio entre os fazedores de futebol, um espaço em que também se perspectiva o próximo ano.

Ajuntou que o governo, no seu papel de facilitador do movimento desportivo nacional, apoia e trabalha com a LMF na busca das melhores soluções.

“Hoje, o Moçambola é o maior festival desportivo nacional, pelo seu percurso, pela força aglutinadora, pelas emoções que transmite, sobretudo porque torna cada vez mais unido o nosso país, é um produto dos moçambicanos”.

Explicou que, mesmo com várias vicissitudes, a Liga tem conseguido levar o barco ao bom porto, proporcionando aos cidadãos momentos de verdadeira euforia.

“Queremos que se crie programas contínuos e sustentáveis no âmbito da responsabilidade social da Liga, visando acabar com outros males”, disse.

Acrescentou que o governo quer uma maior ligação com o desporto escolar, quer mais academias, quer mais investimentos em campos, quer uma melhor organização. Igualmente, defende uma maximização da cobertura dos jogos ao nível da imprensa, uma verdadeira indústria desportiva e um campeão que seja por mérito.

“Sporting de Nampula vai manter-se no Moçambola”

-António Júnior (Mucito)

O presidente do Sporting de Nampula, António Júnior (Mucito), diz que o sonho da sua colectividade é a manutenção no Moçambola.

“Dentro de três a quatro anos poderemos lutar para alcançar os lugares cimeiros, mas nesta primeira fase o objectivo é a manutenção”.

O presidente diz que o seu clube tem estrutura para o conseguir, pois possui uma direcção coesa e uma equipa jovem e ambiciosa.

Em termos de apoio, Mucito diz que até então não existe mas “vamos sobrevivendo da renda do restaurante, da escola portuguesa e de outros recursos”.

No concernente ao plantel, a fonte esclareceu que para além de ter mantido a espinha dorsal do ano passado, conta com alguns reforços, a começar pelo técnico Danito Nhamposse, Taíbo, ex-Têxtil do Púnguè, Zinho, ex-Ferrovário de Nacala, Sankane, ex-Desportivo de Nacala, entre outros.

GOLO

Comece 2018 em Grande.

DStv
Grande

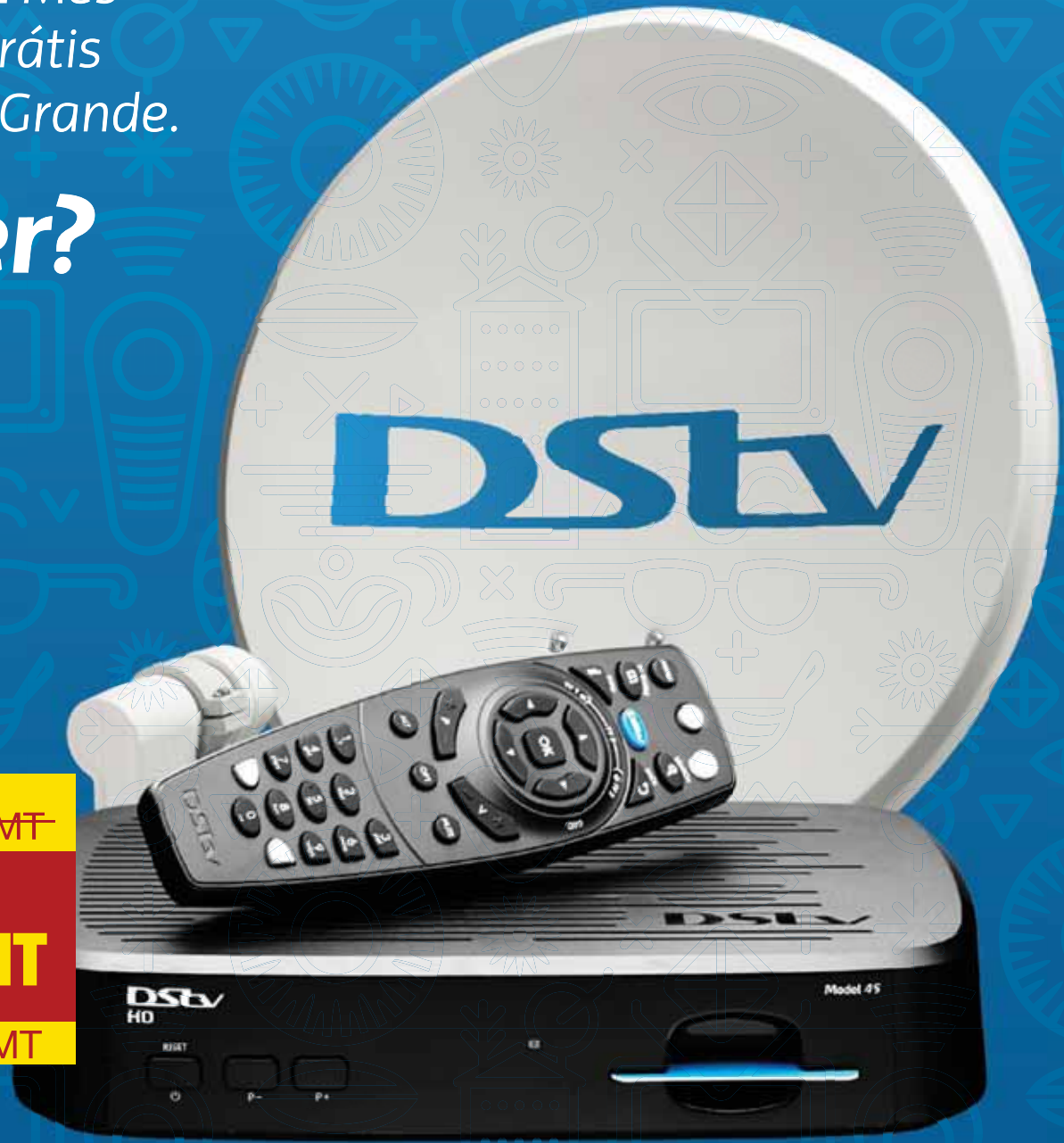
Kit completo e 1 Mês de subscrição grátis do pacote DStv Grande.

Tás a ver?

~~Antes 4430MT~~

AGORA 2500MT

Poupe 1930MT



Termos e condições aplicáveis, veja no www.DStv.com
Promoção válida para Clientes que adquirirem o Kit entre 8 de Janeiro a 31 de Março.
Preço não inclui instalação.



“Depende da disposição da alma de cada um”

A Fundação Fernando Leite Couto (FFLC) acolhe a exposição fotográfica de Paulo Alexandre intitulada Sem título, Técnicas de luz. Paulo Alexandre, que realiza a sua segunda exposição individual na FFLC, é exemplo de fotógrafo apaixonado pela sua arte. É através dela que se apossa dos nossos olhos e alma para levar-nos a várias viagens tanto pelo tempo como por lugares e almas em que acontecem as mais extraordinárias coisas.

“O mérito de Paulo Alexandre não reside, porém, em fazer-nos viajar pelo tempo e pelos acontecimentos através das fotos. Reside na forma como nos faz das suas fotos uma viagem pelo génio de quem as fez,



Onde está a alma? é o título do prefácio da exposição.

porque o que nos traz a exposição não são imagens comuns, é a rima entre os versos de uma técnica e de uma arte só suas.

Sem Título – Técnicas de luz é uma demonstração deste exercício de ilusão. Filipe Branquinho com esta curadoria contribui para uma outra leitura da exposição da produção fotográfica, da legitimidade de apresentar publicamente um trabalho que não precisa do epíteto artístico. As capturas de Paulo Alexandre são resultado de uma exploração técnica, dedicada e concentrada, sem pretensões de conceito ou narrativa. O que é aqui exposto por estes dois cúmplices é avesso ao espelho, é a técnica do retrato, é luta pelo domínio da luz, afinal é alma da fotografia. Ao visitante cabe o papel da ob-

servação, fascínio, até do questionamento e isso depende da disposição da alma de cada um”, afirma Elisa Santos no prefácio.

Paulo Alexandre nasceu em Lisboa em 1965, vive e trabalha em Moçambique desde 1988. A par da sua actividade profissional no domínio da impressão digital, e tendo como por base um interesse pessoal apoiado numa inicial formação autodidacta, tem-se dedicado à fotografia, com particular destaque para os domínios da publicidade, moda e corporate.

As áreas da fotografia documental e de viagem têm também ocupado um lugar de destaque nos seus projectos pessoais, obrigando a uma maior pesquisa técnica e temática. Tem trabalhos seus em colecções particulares em África e na Europa A.S

Lenna Bahule apresenta “Nômade” no CCFM

O Centro Cultural Franco-Moçambicano (CCFM) acolhe o concerto de divulgação do primeiro álbum da artista moçambicana radicada no Brasil, Lenna Bahule, intitulado “Nômade”, nesta sexta-feira, 9 de Fevereiro de 2018, às 20h30.

Para o concerto, Lenna terá como convidados os artistas Danilo Moraes (Brasil), May Mbira, Cheny Wa Gune, Tchaka Waka Bantu, Associação cultural Hodi. Depois de cinco anos radicada em São Paulo (Brasil), Lenna Bahule apresenta “Nômade” que teve a sua estreia em terras brasileiras em 2016, tendo o disco ficado, no mesmo ano, entre os 100 melhores discos de música de acordo com o site Embrulhador. Neste trabalho, além de canções da sua autoria, Lenna interpreta também músicas populares do país numa viagem sonora, rítmica e poética, usando linguagens da música corporal e vocal onde o corpo também funciona como instrumento melódico, harmónico e rítmico. Numa formação inusitada, Lenna propõe uma estética que explora o uso potente da voz, do corpo, dos ritmos tradicionais e da narração fonética com história e improvisos. Lenna Bahule é cantora, natural de Maputo, Moçambique. Iniciou sua formação em música aos cinco anos, tendo ingressado na Escola Nacional de Música (ENM) em Maputo, onde estudou piano como instrumento principal durante oito anos.

Começou a fazer carreira solo como vocalista em 2006, escrevendo canções, participando em festivais culturais e de intercâmbio e fazendo colaborações com diversos artistas moçambicanos e estrangeiros, experimentando géneros musicais variados. Um



“Nômade” é o primeiro trabalho discográfico da artista

dos destaques de sua trajectória profissional em Maputo foi o trabalho como corista do artista Stewart Sukuma, com quem a artista viajou por vários países da Europa e no Brasil em 2011. Em 2009, fez parte do TP50, grupo de moçambicanos que actua com canções do repertório popular brasileiro, o que tornou

possível a ponte para sua ida ao Brasil. Desde 2012, radicada em São Paulo, fundamentou sua pesquisa sobre os ritmos tradicionais moçambicanos e sobre a música vocal e diferentes caminhos para o uso da voz e do corpo como instrumento musical e de expressão artística. Estuda e participa de actividades de intercâmbio e

grupos de estudo com alguns artistas pioneiros de diversas técnicas de improvisação, consciência corporal e música corporal, como Fernando Barba, Stênio Mendes, Zuza Gonçalves, Pedro Consorte, Ronaldo dos Santos, Wagner Barbosa, Geórgia Dias, Sílvia Goes, Eleni Vosniadou, Rhianon.

Com a sua carreira crescendo em São Paulo, Lenna já se apresentou em alguns dos principais palcos da cidade, como Casa Do Núcleo, Museu da Casa Brasileira, Auditório Ibirapuera e SESC's e colaborou com alguns artistas brasileiros como Benjamin Taubkin,

Carlinhos Antunes, LaMerica Ilu Oba de Min, Clarianas, Marcelo Pretto com o senegalês Mamour Ba, Mu Mbana de Guiné-Bissau e Itamar Doari de Israel. Participou como vocalista e arranjadora nos álbuns Mestiça de Jurema Paes, Abrigação de Angelo Mundy e Palavras e Sonhos de Luiz Tatit. Também apresentou-se com o Coral Jovem do Estado de São Paulo-EMESP a convite de Tiago Pinheiro e fez a direcção musical e trilha sonora da peça teatral acessível a surdos e cegos, intitulada “Feio” em parceria com o colectivo Grão de arte.

A.S

Consultório de Medicina Tradicional e Terapia & Saúde Familiar

• Especialidades

- Aconselhamento Profissional em Assuntos Tradicionais
- Consultas de Medicina Tradicional
- Terapias da Medicina Tradicional
- Consultas de Terapia & Saúde Familiar
- Terapia Familiar e de Casais

• Contactos

- Cidade de Maputo
- Telefone: 846201583

• Credenciado pela:






A minha selfie com Água da Namaacha

Convite:
Tire uma Selfie Criativa com Água da Namaacha e veja o seu talento publicado no nosso Facebook e em Jornais Nacionais!!!
As Selfies Mais Criativas serão publicadas no Facebook da Água da Namaacha e em Jornais Nacionais, sempre com o nome do autor

Regras básicas:

1. Enviar apenas uma selfie;
2. A selfie deve conter o logótipo, uma ou mais garrafas, ou outro aspecto que seja imediatamente associado à marca Água da Namaacha;
3. O acto de envio da foto implica a cedência dos direitos de autor a favor da Sociedade de Águas de Moçambique, proprietária da marca Água da Namaacha;
4. O envio das fotos deve ser feito entre as zero (0) horas de segunda-feira e as doze (12) horas de quinta-feira de cada semana para o seguinte e-mail: euenamaacha@gmail.com;
5. O envio da foto deve ser sempre acompanhado com o nome e contacto telefónico do(a) autor(a);
6. O Departamento de Marketing da Água da Namaacha selecionará a foto mais criativa de cada semana e publicará no facebook e em Jornais Nacionais, na semana seguinte. As fotos selecionadas poderão ser ainda usadas em outras comunicações da SAM;

Nota: A SAM convida-o a mostrar o seu talento criativo através desta oportunidade. Não se trata de um concurso.

 Pensamento do dia 



A inocência começa quando o cara confia no preservativo Jontex, cuja dona é a Johnson & Johnson, maior fabricante de fraldas infantis!

Fica a reflexão...



Lógica empresarial
verdadeiramente **SACANA**

SACANA

SUPLEMENTO HUMORÍSTICO DO SAVANA Nº 1257 • 9 DE FEVEREIRO DE 2018

Um census revivalista

14 th December 1972

MR. HENRI-PHILIPPE JUNOD
Tsakelane
27 Victoria Street
Waterkloof
Pretoria

Caro amigo,

Obrigado pelo seu postal de 8 do corrente.

Tal como me tinha prometido, junto lhe envio o mapa de seu pai.

O número de habitantes do Concelho de Lourenço Marques era, em 1970, de 383.775. A distribuição por raças era assim aproximadamente:

Africanos	280.000
Europeus	79.000
Mistos	15.000
Indianos	8.500
Chineses	1.000

Entre os africanos as percentagens deviam ser:

Rongas ou nascidos em Lourenço Marques . . .	20 %
Tsongas de origem	40 %
Chopes, Bitongas e Tsuas de origem	30 %
Outras origens	10 %

Tenho muito gosto em lhe oferecer um exemplar do meu livro. Vou mandá-lo brevemente.

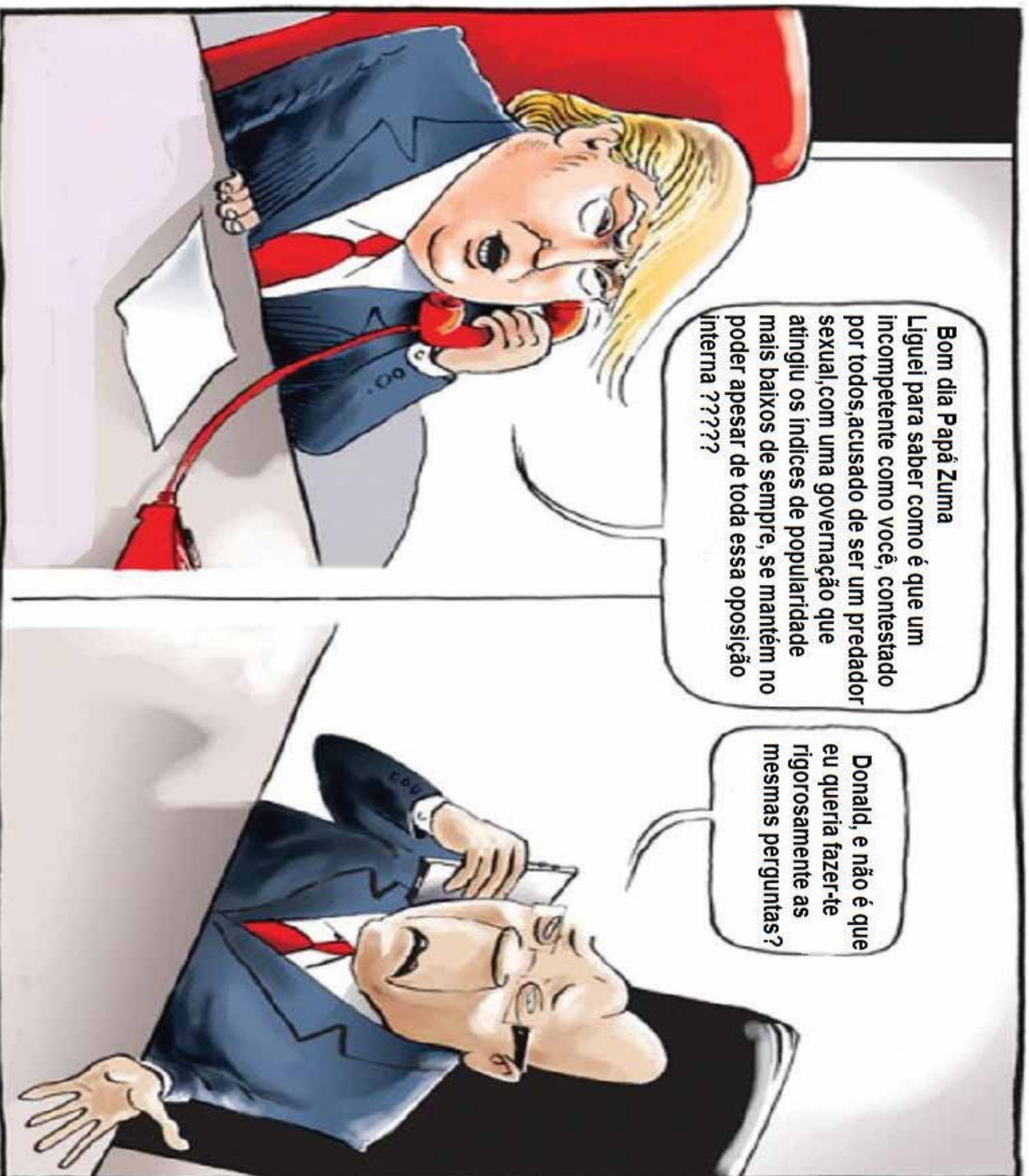
Feliz Natal e Ano Novo !

Um abraço do,

Onde já ouvimos isto?



MOÇAMBIQUE PRIMEIRO!
MOZAMBIQUE FIRST!





NO INFORMAL

Abdul Sulemane (Texto)

Ilec Vilanculo (Fotos)



Filhos e enteados

Quando desencadeou a guerra de libertação nacional contra o colonialismo foram muitos os moçambicanos que deram as suas vidas em prol da libertação do país. Durante a guerra de libertação do jugo colonial, o sonho de viver num país livre para todos os moçambicanos foi sempre exaltado. Alcançada a independência as coisas mudaram drasticamente. Os que se julgam verdadeiros merecedores de recompensa por libertar o país levam uma vida de *Lord*, deixando o seu povo entregue à sua sorte. O povo foi totalmente esquecido.

Nesse grupo de libertadores existem níveis. A maioria dos que ocuparam o maior número das fileiras não estão a saborear devidamente os benefícios da sua coragem.

Agora estamos naquela fase em que esta situação, do usufruto dos benefícios que as elites nacionais estão habituadas a levar desde a independência, passará para a outra geração desta minoria de libertadores da pátria.

Nesta primeira imagem estão os filhos do Primeiro Presidente da Frelimo, Eduardo Mondlane. Temos a Nyelety Mondlane, agora Ministra da Juventude e Desportos e antiga vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros, Chude Mondlane e Eduardo Mondlane Júnior, PCA do banco ABC, depois de terem recebido mais uma condecoração alusiva à passagem de mais um 3 de Fevereiro, Dia dos Heróis Moçambicanos. Ambiente de descontração é bem visível. As coisas andam sempre bem na vida.

Na segunda imagem podemos ver a sequência de gerações de uma das principais figuras de liderança política da história do país. Não sei se posso dizer nosso país. Já não sei se faço parte dos indivíduos que sentem que Moçambique é nosso país. Refiro-me aos filhos de Eduardo Mondlane e Samora Machel. Recordar que este último foi Primeiro Presidente de Moçambique independente.

Tivemos a seguir Joaquim Chissano, no início do multipartidarismo, numa governação com o seu nível de peripécias. Foi sucedido por Armando Guebuza que deu outro ímpeto em termos de imprevistos. Saiu do governo mas o seu nome ainda é bastante citado em termos de alguns aspectos da sua governação. Recordo-me de uma situação em que um dos filhos deste estadista foi atribuído o estatuto de antiga combatente sem ter combatido. Guebuza aparece aqui com a futura geração em termos de usufruir dos altos níveis de privilégios que tem esta elite burguesa. Reparem a cara de poucos amigos que ostentam. Não era para menos.

Até a família do General Sebastião Marcos Mabote foi agraciada. São os níveis de elite do nosso país na foto seguinte.

E sempre por último sabemos que estão os de níveis mais baixos. Baixo de alguma forma. Não usufruem dos privilégios como os outros. Essa diferença é bem visível. Digo isso por causa desta última imagem. Estes são membros da família do general Fernando Matavele. Vejam a simplicidade nas suas aparências.

Zeca Craveirinha, filho primogénito do Poeta-mor, José Craveirinha apareceu a dizer que os feitos do seu pai não são considerados. Não basta considerá-lo um herói nacional. Tinha de se fazer mais para as futuras gerações do poeta que usou a sua escrita como arma contra a opressão colonial. Recorde-se que o poeta José Craveirinha foi amigo do Presidente Samora Machel. Os privilégios deste país são usufruídos por um punhado de famílias. É caso para dizer que existem filhos e enteados nesta coisa de beneficiar dos privilégios entre os lutadores pela libertação e suas gerações.





IMAGEM DA SEMANA

Naita Ussene



Governo aprova plano da Anadarko

O Conselho de Ministros aprovou, na terça-feira, o Plano de Desenvolvimento do Projecto de Gás da Anadarko na bacia do Rovuma, província de Cabo Delgado.

A aprovação do Plano de Desenvolvimento do Projecto de Gás da Anadarko acontece um ano após o consórcio liderado pela multinacional norte-americana ter apresentado o documento ao governo moçambicano.

Com o sancionamento pelas autoridades moçambicanas do referido plano, faltará à Anadarko e aos seus parceiros a tomada da chamada Decisão Final de Investimento (DFI), orçada em 20 bilhões de dólares, visando o início da execução da produção de Gás Natural Liquefeito (GNL).

O pedido de aprovação do Plano de Desenvolvimento do Projecto de GNL da Anadarko foi feito em Novembro de 2017 pelo Ministério dos Recursos Minerais e Energia.

A proposta não foi aprovada na altura devido à recomendação do Ministério dos Transportes e Comunicações para que o consórcio construa um porto comercial na área de concessão marítima onde, com o consórcio dirigido pela multinacional Eni, terá direitos exclusivos, no distrito de Palma, província de Cabo Delgado.

Porém, o Governo moçambicano lamenta o facto de não ter incluído no acordo de concessão da referida área marítima uma provisão que permitisse que “terceiras partes” também operem na zona. Essa provisão permitiria, por exemplo, que a multinacional Shell construísse uma fábrica de produção de gás liquefeito e a companhia Yara instalasse uma fábrica de fertilizantes.

Apesar de essas cláusulas não terem sido aprovadas, o Conselho de Ministros aprovou uma resolução que obriga a Anadarko a permitir no futuro que os sete mil hectares de área de concessão marítima sejam também utilizados por outros potenciais operadores.

Com a aprovação do Plano de Desenvolvimento do Projecto de GNL da Anadarko, vão iniciar negociações sobre o acesso à área marítima, fornecimento de gás ao mercado doméstico e o desenvolvimento de projectos de gás a jusante, envolvendo o MIREME, Shell e Yara.

A resolução aprovada terça-feira pelo Conselho de Ministros também atribui poderes à Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) para negociar o preço e o calendário de fornecimento de gás ao mercado doméstico.

Segundo a Zitamar, não foi definido um prazo para o início das referidas negociações.

A aprovação do Plano de Desenvolvimento era uma condição necessária para a DFI, orçado em 20 bilhões de dólares.

A Anadarko e os seus parceiros devem agora assegurar contratos vinculativos de venda de pelo menos 70% dos 12 milhões de toneladas anuais de GNL que vão produzir em Palma.

Até ao momento, o consórcio conseguiu vender apenas 2,6 milhões de toneladas anuais à tailandesa PTT, que detém no consórcio 8,5% de acções.

À HORA DO FECHO

Diz-se... Diz-se



- Ficou tristemente célebre a deputada Música pela falhada tentativa em descredibilizar os media que lançaram para a ribalta, as não menos tristes revelações sobre as dívidas escondidas para levar por diante um plano de defesa da zona costeira de Moçambique. Dois anos depois, o coro parece de novo afinado para denunciar uma cabala contra a pátria amada, por causa dos descuidados rabos de palha em relação aos laços de cooperação com o excêntrico líder da Coreia do Norte. Será que vale mesmo a pena pôr o teatrinho de pé?
- Teatro é o que não falta pelas bandas da PGR, nomeadamente os toques de magia e ilusionismo para iludir os mais incautos. Pelos vistos, no último exercício de chutar a bola para o Tribunal Administrativo, só conseguiram ter o aplauso e a aparente boa vontade dos representantes do FMI e do BM. Porque será?
- Aplauso genuíno vai esta semana para o engenheiro do planalto e o seu irmão que reivindica ser o pai da democracia. A descentralização, mesmo que se não goste do modelo, parece ter pernas para andar. Resta agora o dossier paz e reconciliação. De um lado fala-se em integração de homens, do outro lado, bem mais complexo, argumenta-se com desarmamento, desmobilização e integração. Será que está mesmo para breve a resolução de tão intricado problema, quando muitos dos colaboradores do engenheiro do planalto ainda têm enormes reticências, especialmente os que estão habituados à vida de caserna.
- E já que vem à baila a reconciliação, deu muito nas vistas, na cidade da Beira, a ausência do bispo católico Cláudio Zuana da mega cimeira das religiões, um evento que congregou no centro do país igrejas reformadas, muçulmanos, hindus, etc. Até a IURD teve espaço para apresentar as suas preces e orações.
- Nesse encontro, com mais de 300 participantes, era suposto o líder da serra falar em teleconferência. Como habitualmente tem acontecido. Segundo um deputado da Renamo, nestes dias, as comunicações andam más na zona da Gorongosa, apesar da governadora Taipo ter assegurado que estavam disponíveis na zona, as três redes móveis licenciadas no país.
- Apesar dos muitos consensos alcançados na cimeira das religiões, a Renamo fez ouvidos de mercador ao anúncio de que havia agora energia eléctrica disponibilizada pela EDM, mesmo, mesmo na base da serra onde vive o titio Afonso. Fica assim o enigma de se saber se o líder assiste ou não aos noticiários televisivos, um dos seus maiores passatempos nas noites de solidão.
- E por falar em EDM, o quadro que em tempos foi estudar na Checoslováquia e quer ombrear com o xerife da 25 de Setembro em novos métodos e critérios de trabalho e gestão, passa a vida a enfrentar o lobby do antigamente, que está descontente com a falta de mordomias e os contratos milionários do recente passado. Apesar de estar em minoria, parece haver seguidores lá para as bandas das telecomunicações. Os próximos abaixo-assinados vão dizer para que lado corre o vento.
- Já que vem à baila conversa de PCAs, o tal que ascendeu ao cargo depois de elaborar uma lista de jornalistas alinhados remetendo-a de seguida ao glorioso, deve por estes dias andar no bolso com frasco de aspirina ou amilorida composto para baixar a tensão, depois de ter visto o seu homólogo da rádio reconduzido, numa altura em que está há três meses fora do mandato.
- Em Cabo Delgado, o vento parece soprar para Oeste. Assim, preocupam-se as autoridades do Niassa com “grupos religiosos estranhos” que paulatinamente têm vindo a ocupar o espectro confessional da província. Será que a próxima insurreição vem a partir do Lago?

Em voz baixa

- Circulou na imprensa internacional que os edifícios construídos pela China para a União Africana estavam cheios de escutas. Verdade, verdade, já que tantos edifícios de órgãos de soberania foram por cá construídos por empresas idênticas, não seria prudente uma inspecção para detectar se não andam por lá aparelhos escondidos?

Tudobom é teres o futuro nas tuas mãos



O futuro é tudobom. Vamos?

vodacom



Metrobus arranca na Matola

Com o propósito de contribuir para a mobilidade urbana, bem como reduzir a demanda pelos serviços de transporte, arrancou, nesta terça-feira, a implementação da primeira fase do projecto de sistema integrado de transporte, o Metrobus, a nível do Município da Matola.

Com efeito, o projecto entrou em actividade a partir das estações da Matola-Cidade (Frigo) e da Machava-Sede, tendo sido em cada uma delas alocadas, logo nas primeiras horas do dia, duas automotoras de transporte de passageiros com destino à estação central, na baixa da Cidade de Maputo.

Comentando a respeito da operacionalização do projecto a nível da Matola, o PCA da Sir Motors, empresa que está a implementar o Metrobus, referiu que espera contribuir para a solução da mobilidade na área metropolitana de Maputo.

Conforme assegurou Amade Camal, a expectativa em torno do arranque deste projecto, no Município da Matola, é enorme, “até porque estamos ansiosos em saber até que ponto iremos satisfazer a procura pelos serviços de transporte”.

Depois de analisar a situação da mobilidade na chamada Região do Grande Maputo, que também envolve as áreas da Matola, Boane e Marracuene, Amade Camal avançou que há, por parte dos cidadãos, uma grande procura de soluções de transporte para a cidade de Maputo e, deste ponto, para as zonas metropolitanas. Em função disso, reconheceu que



“estamos convictos de que vamos contribuir com esta solução, que é o projecto Metrobus”.

Num outro desenvolvimento, Camal aproveitou a ocasião para avançar que, com o arranque das operações do Metrobus na Matola, a capacidade instalada para

o transporte passa a ser de 30 mil pessoas por dia, sendo que, na segunda fase que arranca em Junho, a mesma passará a ser de 50 mil pessoas por dia.

O arranque oficial do Metrobus, a nível da Matola, nomeadamente nas estações da Machava-Sede

e da Matola-Cidade (Frigo), foi testemunhada pelo vereador da Área de Transportes do Conselho Municipal daquela urbe, Joaquim Mundlovo, que na ocasião assegurou que os residentes da Matola estão bastante satisfeitos com a chegada deste projecto.

“Estamos de parabéns pela chegada deste grande projecto, que irá contribuir sobremaneira para o transporte de passageiros da Matola para os seus destinos diários. Portanto, é bem-vindo o Metrobus”, manifestou Joaquim Mundlovo.



LOCKSLEY & SMITH

Contabilidade | Consultoria Jurídica

- Contabilidade
- Impostos
- Auditorias
- Constituição de Empresas
- Consultoria de Negócios
- Consultoria Jurídica
- Consultoria Informática



Contactos:

Email: info@locksleys.co.mz

Cells: +258 846 845 892 | +258 823 979 749

Servir com Excelência!

Standard Bank no financiamento da FLNG

Um investimento de aproximadamente 8 biliões de dólares norte-americanos na construção da Plataforma Flutuante de Gás Natural Liquefeito (FLNG), em Palma, na província de Cabo Delegado, marca o primeiro passo de Moçambique como produtor e fornecedor regional e global de gás natural. O negócio de energia, que é o primeiro desta natureza no País, promete transformar as perspectivas de crescimento de Moçambique.

“Esta transacção inicia um ciclo de investimento no sector de energia que levará Moçambique de volta ao crescimento, enquanto posiciona o País como um fornecedor global e importante de gás natural liquefeito”, considera Chuma Nwokocho, administrador delegado do Standard Bank.

O Standard Bank é o único banco nacional envolvido nesta operação, que pode ajudar o País a retornar o ritmo acelerado de crescimento e, em conjunto com o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC), que detém 20% das acções do Grupo, é o maior credor do projecto - reflectindo o poder da sua parceria para impulsionar o crescimento do país.

O ICBC desempenha um papel crítico nesta transacção, actuando como o agente do Pathfinder Bank, K Sure, agente da tranche chinesa e um dos bancos da conta do financiamento. O Standard Bank actua como agente facilitador comercial, banco transaccional local e agente fiduciário do projecto.

“O nosso apoio ao financiamento do projecto Coral FLNG surge do nosso compromisso a longo prazo com Moçambique, de apoiar consistentemente o potencial do País como um futuro gigante de produção e exportação de gás natural offshore”, considera Chuma Nwokocho.

Além do grande trabalho consultivo actualmente em curso na África Oriental, o apoio do Standard Bank e do ICBC ao projecto Coral FLNG baseia-se num longo historial de empreendimentos de petróleo e gás em Moçambique, incluindo a Sasol, ROMPCO, ENH, CMG e CMH. O Standard Bank também é o autor do estudo macroeconómico de GNL referente a Moçambique, sobre a elaboração do Decreto Lei de 2014 relativamente à Bacia do Rovuma.

Esta importante transacção dá vida à visão e estratégia mais ampla do Standard Bank e do ICBC de desenvolver a África Oriental, para se tornar no centro global de produção e fornecimento de energia - especialmente para o Leste Asiático.

O interesse global em Moçambique e o potencial da região como futuros fornecedores de energia são reflectidos pela ampla participação internacional no negócio. As agências de crédito de exportação, incluindo Coface (BPI), K Exim, K Sure, Sace e Sinosure, juntam-se a esta

transacção liderando os gigantes da energia global ENI, Petrochina, GALP, ENH e Kogas.

O ICBC e o Standard Bank acreditam que este negócio é um sinal importante das perspectivas de crescimento a longo prazo de Moçambique, especialmente das implicações desse investimento para o futuro comércio e segurança energética da África Austral e Oriental. “Esta transacção demonstra a visão do ICBC e do Standard Bank de impulsionar o crescimento de Moçambique e de todo o continente africano ao atrair investimento estrangeiro directo para o sector promissor de produção e exportação de energia de Moçambique”, referiu Chuma Nwokocho, administrador delegado do Standard Bank.

Unilúrio introduz novo curso para impulsionar turismo nacional

A Universidade Lúrio (Unilúrio), em Nampula, vai a partir de Março próximo oferecer curso de Pós-graduação em Gestão Estratégica para Hotelaria e Destinos turísticos.

A decorrer na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), o curso tem por objectivo contribuir para formar a massa crítica e capital humano, académica e profissional com vista a responder aos desafios e exigências que o sector do

turismo e hotelaria enfrentam na província de Nampula, com foco particular no contexto da ilha de Moçambique.

O curso será administrado em regime modular com duração de 312 horas, com 13 unidades curriculares consideravelmente: Concepção de Desenvolvimento e de Produtos Turísticos, Animação Turística, Gestão Estratégica de Destinos Turísticos, Segurança e Qualidade Alimentar entre outros módulos através dos quais os estudantes poderão actualizar os adquiridos ao longo do percurso académico e profissional

com vista à promoção da competitividade através do acréscimo da qualidade e sustentabilidade dos produtos e serviços turísticos nacionais.

Neste sentido, estão abertas as candidaturas desde o passado dia 15 de Janeiro até 23 de Fevereiro corrente e são elegíveis os candidatos que possuem grau de licenciatura em turismo, hotelaria e áreas afins e também para trabalhadores do sector com curriculum profissional relevante na área turística.



OMR
Observatório do Meio Rural
Rua. Faustino Vanombe, Nº 81, R/C
Cell: +258 848353809
Maputo - Moçambique
E-Mail: office@omrmz.org | Website: www.omrmz.org

ÚLTIMAS PUBLICAÇÕES DO OMR

Estruturas de mercado e sua influência na formação dos preços dos produtos agrícolas ao longo das suas cadeias de valor, (www.omrmz.org>Publicações>Observador Rural): estuda as estruturas de mercado ao longo das cadeias de valor e sua influência na formação de preços dos respectivos produtos - açúcar, algodão, feijão nhemba e milho. Nas culturas de rendimento predominam estruturas imperfeitas (monopólios e oligopólios). Nas culturas alimentares, pelo número de agentes envolvidos, a situação é de concorrência, embora não perfeita, excepto na fase de processamento onde a estrutura de mercado é oligopólio.

Nos casos estudados, a acumulação concentra-se nas fases de processamento e distribuição. Os pequenos produtores encontram-se em desvantagem devido à baixa produtividade, custos de transporte, acesso à informação sobre os mercados e preços, quantidade de agentes face aos monopólios e oligopólios, o que reduz o poder negocial.

Um crescimento populacional sustentável? (www.omrmz.org>Publicações>Destaque Rural), analisa os primeiros resultados do Censo da População e Habitação de 2017. O Censo revela taxas de crescimento demográfico elevadas e crescentes. Com este crescimento, a economia manifesta-se incapaz de absorver a população em actividades que gerem rendimento, o que justifica o aumento do número absoluto de pobres, das economias informais, de acesso a serviços básicos e aos recursos naturais, sobretudo nos espaços de maior densidade populacional. O crescimento da população é muito desigual no território, havendo zonas de crescimento muito elevado e outras de crescimento negativo, o que revela fenómenos migratórios e crescente desigualdade de desenvolvimento territorial e social.

Comentário ao Comunicado da Portucel Moçambique (www.omrmz.org>Publicações>Comunicado), apresenta o posicionamento do OMR acerca da evolução do projecto de investimento da empresa no que respeita aos efeitos sociais e económicos no território. Porque o Comunicado da empresa não é coincidente com os resultados da pesquisa dos OMR publicados na série do Observador Rural Nº 58 e Nº 53 (veja em www.omrmz.org>Publicações>Observador Rural), o OMR publicou o documento referido.

Maputo, 1 de Fevereiro de 2018

EDITAL 2018

Testes de Diagnóstico e
Entrevistas Vocacionais

*"... o melhor
lugar para
moldar o meu
potencial!"*



No âmbito das condições gerais de ingresso no Ensino Superior, previstos na lei n° 27/2009, de Setembro (Lei do Ensino Superior, artigo 23, n° 5 alínea a) onde a condição de acesso à formação conducente ao grau académico de Licenciatura, é a conclusão com aprovação da 12ª classe ou equivalente, o ISCTEM torna público que irão decorrer no dia 13 de Fevereiro de 2018, Testes de Diagnóstico e Entrevistas Vocacionais para admissão aos cursos que a seguir se indica:

Escola/Curso	Vagas		Disciplinas				Requisitos
	Diurno	Nocturno	Disciplina 1	Peso	Disciplina 2	Peso	
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE							Poderão candidatar-se aos Testes de Diagnóstico indivíduos que preencham os seguintes requisitos: • Estudantes do Ensino Secundário Geral que tenham concluído a 12ª classe do SNE ou equivalente; • Trabalhadores que tenham completado a 12ª classe do SNE ou equivalente para continuação de estudos, sem prejuízo da legislação em vigor.
Medicina Geral	150	-	Biologia	50%	Química	50%	
Medicina Dentária	90	-	Biologia	50%	Química	50%	
Farmácia e Controle de Qualidade de Medicamentos	70	70	Biologia	50%	Química	50%	
ESCOLA SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO DE NEGÓCIOS							Período de Inscrição A apresentação das candidaturas decorre na Secretaria do ISCTEM, até o dia 12 de Fevereiro de 2018. Os candidatos aos testes serão avaliados apenas nas disciplinas nucleares dos cursos da sua preferência. Horário: 8:30H (Diurno) e 17:30H (Pós-laboral).
Gestão de Empresas	90	90	Matemática	50%	Português	50%	
Contabilidade e Auditoria	90	90	Matemática	50%	Português	50%	
Gestão Financeira e de Seguros	90	40	Matemática	50%	Português	50%	
Gestão de Marketing	45	45	Matemática	50%	Português	50%	
Gestão de Recursos Humanos e Negociação	45	45	Matemática	50%	Português	50%	
ESCOLA SUPERIOR DE ENGENHARIAS E TECNOLOGIAS							
Engenharia Informática	100	100	Matemática	50%	Física	50%	
Engenharia Geológica e de Minas	50	-	Matemática	50%	Física	50%	
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ARTES							
Arquitectura e Urbanismo	45	-	Desenho	50%	Matemática	50%	
Direito	90	90	Português	50%	História	50%	

Para mais informações contacte:
 Secretaria do ISCTEM, no Campus Universitário
 Rua 1394 - Zona da FACIM, 322 - Maputo.
 Tel: 82 309 41 30 ou 82 31 32 200
 E-mail: secretaria@isctem.ac.mz

Agricultores familiares conquistam supermercados internacionais

Um total de 800 famílias, organizadas pela Gapi em cinco associações nos distritos de Namaacha, Moamba e Marracuene na província de Maputo, para além de Chibuto na província de Gaza, consolidaram a sua conquista do mercado das grandes redes comerciais, com o início de um programa de abastecimento do supermercado Maputo "Fresh Market". O primeiro lote consistiu na venda de 20 toneladas de tomate, pimentos, pepino, beterraba e repolho, o que rendeu àquelas famílias mais de 500 mil meticais.

Este contrato de venda junta-se a um anterior já alcançado com a cadeia de supermercados Shoprite, que garantiu mercado à produção destas associações, assistidas pela componente de apoio à cadeia de valor da horticultura, implementado pela Gapi nas províncias de Maputo e Gaza, no âmbito do Projecto ProSul, que é financiado pelo IFAD (Fundo Internacional para o

Desenvolvimento da Agricultura). Esta relação entre produtores familiares locais e gestores das grandes superfícies comerciais e no âmbito do ProSul é um exemplo das parcerias que a Gapi vem promovendo em todo o País, com vista à modernização da agricultura.

Como Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD), a intervenção da Gapi promove estas parcerias combinando serviços financeiros com assistência técnica na produção, uso de tecnologias melhoradas, como é o caso de estufas e sombrites e sistemas de rega gota-a-gota, bem como acesso a serviços de apoio no acesso aos mercados tradicionais e modernos. "Estou muito contente. Hoje inicia-se uma nova jornada nas nossas vidas. Sabemos que a responsabilidade cresceu, mas com a Gapi, estamos seguros que vamos conseguir", referiu Alda Jonas, membro da associação de regantes de Mafuiane, reforçando que "com mais este acordo, vemos melhorado um dos nossos principais desafios, que é ter mercado para a nossa produção. Com as vendas a preços que nos satisfazem, vamos melhorar a nossa produção e os ganhos das nossas famílias."

O grosso das hortícolas fornecidas por esta associação provém da produção em estufas construídas com assistência da Gapi, visando a produção de hortícolas ao longo de todo o ano. Para introduzir a tecnologia de estufas adaptadas às condições locais, a Gapi fez uma parceria com uma empresa espanhola, a "Novidades Agrícolas", membro da Fundação Tecnova que, na região da Andaluzia, em Espanha, tem investido no desenvolvimento de tecnologias de produção adequadas a diferentes ambientes climáticos.

"O uso de estufas com tecnologia incorporada potenciou a rentabilidade económica destas associações, através do aumento da produção, produtividade e qualidade. Hoje, com esta tecnologia, garantimos o fornecimento estável de produtos alimentares aos supermercados internacionais, exigentes na qualidade do produto que aceitam comercializar", referiu Lenine Matavel, Coordenador do ProSul na Província de Maputo.

Moza e FTC pretendem melhorar transporte público em Moçambique

Moza Banco e o Fundo de Desenvolvimento dos Transportes e Comunicações (FTC) rubricaram, na quarta-feira da semana passada, em Maputo, um memorando de parceria que visa a formalização de uma parceria através da qual o banco passa a desenvolver ações de responsabilidade social a favor da melhoria das condições dos transportes públicos urbanos da zona metropolitana de Maputo.

O acordo, que serve igualmente para a melhoria de condições dos transportes públicos de outras partes do país, foi rubricado pelo ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita, estruturas governamentais de nível local e municipal, e pela Federação Moçambicana dos Transportes Rodoviários, FEMATRO, e seus associados.

Com este memorando, o Moza Banco estende o seu interesse na área de responsabilidade social, com o objectivo de garantir um transporte disponível, cómodo e condigno aos moçambicanos.

Na ocasião, o Presidente do Conselho de Administração do Moza Banco, João Figueiredo, disse que o acordo ora rubricado vai de acordo com a sua cultura de um banco relacional. "Uma cultura que se inspira no Cliente como o centro do seu posicionamento estratégico, onde a proximidade, oferta de soluções inovadoras e um serviço diferenciado com elevada qualidade, são as nossas marcas distintivas neste mercado cada vez mais concorrencial. É neste contexto, aliás, que se insere esta nossa parceria que hoje aqui vimos materializar com o Fundo de Transportes e Comunicações."

Por sua vez, o ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita, enalteceu o acordo rubricado entre o Moza Banco e o FTC, referindo: "presenciamos há pouco a assinatura do memorando entre o FTC e o Moza Banco, que tem sido um parceiro muito relevante para o reforço da frota de autocarros e, por via disso, irá promover a sua imagem e os seus serviços financeiros nos autocarros agora disponibilizados."

Abre em Maputo "Art Nefithys"

inaugurou, na última quarta-feira em Maputo, mais um espaço de promoção de artes denominado Art Nefithys. Situado no centro da cidade capital, na Av.24 de Julho, o espaço do grupo Nefithys pretende ser o espelho para a divulgação da arte moçambicana, "aquela feita por moçambicanos, para moçambicanos e para o mundo", disse Luís Bernardo Júnior impulsor da iniciativa. Num ambiente económico e social pouco satisfatório para os moçambicanos, Bernardo acredita que o papel do cidadão é reconhecer o que Moçambique tem de bom e focar-se, pois até as maiores potências

do mundo já passaram pelo mesmo, e hoje estão onde estão. "Não é momento para nos desesperarmos, mas sim de arregaçar as mangas e lutar pelo nosso país, não contra ele. Eu decidi apostar nas artes, um dos sectores mais emblemáticos e bonitos de Moçambique".

A Nefithys Art pretende trazer o melhor da arte moçambicana e ser uma fundação de divulgação de obras de arte de artistas jovens, com talento.

Com as portas abertas desde a última quarta-feira, a galeria de arte convida os moçambicanos e não só a fazerem parte deste pequeno sonho, valorizando a arte local.



Anúncio

O Programa Mundial para a Alimentação das Nações Unidas em Moçambique (PMA), pretende recrutar uma empresa de consultoria para o Estudo de Análise de Custos, Custo-Benefícios e Espaço Fiscal para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PRONAE) em Moçambique.

Posicao:	Consultoria Nacional em Alimentação Escolar, Saúde e Educação Nutricional
Local de Trabalho:	MINEDH
Cobertura:	Todas Instituições que Implementam Alimentação Escolar
Duracao:	16 Semanas
Inicio:	Fevereiro 2018
Fim:	Junho 2018

Os Termos de Referência, o tempo do concurso deverão ser obtidos nos escritórios do PMA, sitos na Av. Do Zimbabwe nr. 1302 em Maputo.



Matrículas para 2018

A Escola Comunitária Luís Cabral- ECLC informa aos alunos, pais, encarregados de educação e ao público em geral, que ainda tem vagas para matricular novos ingressos da 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª classe por **500,00 meticais**. Podendo obter mais informações na secretaria daquela escola sita na **sede do bairro Luís Cabral**, entrada a partir da Junta ou Maquinague ou pelos telefones: **847700298** ou **826864465** ou ainda **871232355**.